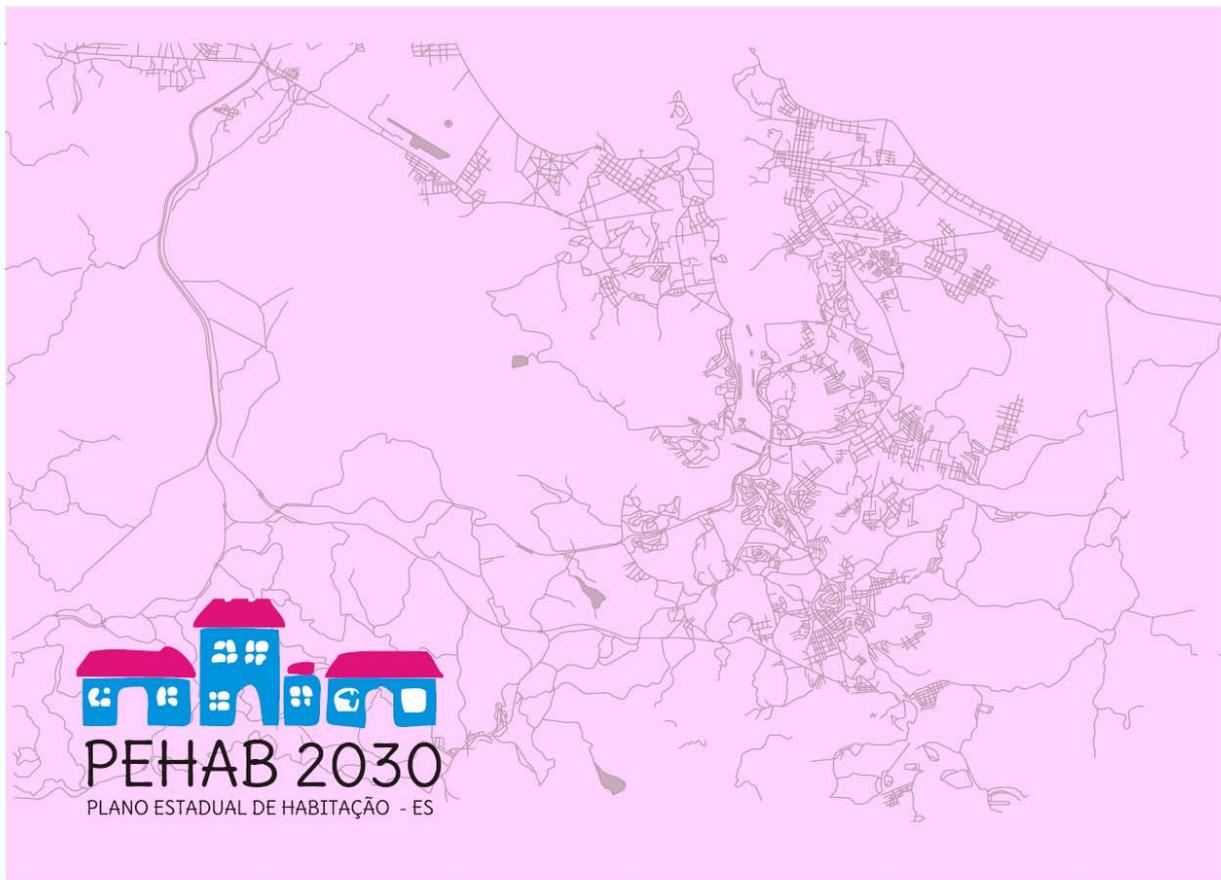




PLANO ESTADUAL DE HABITAÇÃO

ETAPA 1 - PLANO DE TRABALHO



PLANO ESTADUAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

PEHAB 2030

ETAPA I – PLANO DE TRABALHO

Responsáveis pelo Relatório:

Arq. Jacqueline Menegassi

Econ. Gevaci Perroni

Contrato de Prestação de Serviços nº 004/2013

NOVEMBRO/2013



Coordenação Técnica:

Arq. Cláudia Damasio

Econ. Gevaci Perroni

Arq. Jacqueline Menegassi

Responsabilidade Técnica:

Arq. Cláudia Damasio

Equipe Técnica:

Arq. Grace Machado

Arq. Karla Moroso

Eng. Civil. Tayrone Pedroso

Ass. Soc. Isadora Fagundes

Ass. Soc. Camila Nelsis

Adm. Juliana Gervasio Burin

Adm. Renato Gomes

Desenhista Marlene Chaves

Acad. Leonardo Ritta

Acad. Tiago Silveira

Acad. Eduardo Ribasqui

**SECRETARIA DE ESTADO DE SANEAMENTO, HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO –
SEDURB**

Secretário de Estado:

Iranilson Casado Pontes

Subsecretário:

Eduardo Loureiro Calhau

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO – IDURB

Diretora Presidente:

Raquel Ferreira Magesta Lessa

Comissão de Gestão Contratual

SEDURB – Subsecretário: Eng. Eduardo Loureiro Calhau

SEDURB – Arq. Urb. Leticia Tabachi Silva

SEDURB – Eng. Amb. Ligia Damasceno de Lima

SEDURB – Arq. Urb. Milena Paraiso Donô

IDURB – Arq. Bruna Mascarenhas Gava Pitanga

Comissão de Apoio Técnico

SEPAM – Econ. Nadia Machado

IJSN – Ocean. Pablo Medeiros Jabor

IJSN – Arq. Urb. Latussa Laranja Monteiro

INCAPER – Leandro Feitosa

IDURB – Ass. Social Virginia Souza Montarde Flores

SEAG – Celia Kiefer

SEAG – Clésio Brandão

1. O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO E A ELABORAÇÃO DO PEHAB 2030.....	11
1.1. Por que fazer o PEHAB 2030? O Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social	13
1.2 O Estado do Espírito Santo – Breve Contextualização	15
1.3. O Contexto Institucional e da Política Habitacional do Estado do Espírito Santo.....	19
1.4. Conceitos de Habitação de Interesse Social e Estimativas do Déficit do Espírito Santo.....	21
2. Procedimentos para a Elaboração do PEHAB 2030 – ES	23
2.1. Estruturas e Instâncias de Elaboração do PEHAB 2030.....	25
2.2. Prazos e Custos.....	29
2.3. Consolidação do Plano de Trabalho (Etapa 1) – PEHAB 2030.....	29
2.3.1. Princípios e Diretrizes que orientam a Elaboração do PEHAB 2030	29
2.3.2. Identificação do Contexto Institucional e da Base de Dados Existentes.....	30
3. Plano de Trabalho – Detalhamento	33
3.1. Escopo do Projeto: Objetivos e Abrangência do PEHAB 2030	35
3.2. Estrutura Analítica do Projeto – EAP	37
3.3. Etapas de Elaboração – Conteúdos e Procedimentos.....	40
3.3.1. Consolidação do Plano de Trabalho	40
3.3.2. Diagnóstico do Setor Habitacional	40
3.3.3. Estratégias de Ação	43
3.4. Metodologia Detalhada para Atividades de Levantamento, Tratamento e Análise de Dados.....	44
3.4.1. Dados Primários e Secundários	45
3.4.2. Caracterização e Quantificação do Quadro de Necessidades Habitacionais:	47
3.5. Plano de Comunicação e Mobilização.....	47
3.6. Estrutura de Banco de Dados	49
3.7. Proposta Didática e Conteúdos das Capacitações e Seminários.....	52
3.7.1. Atividades de Capacitação	52
3.7.2. Seminários Regionais e de Consolidação do PEHAB 2030	53
4. ANEXOS.....	55

LISTA DE FIGURAS, TABELAS E QUADROS

FIGURAS

Figura 01 – Divisão Territorial Administrativa do Estado do Espírito Santo – Microrregiões de Planejamento	17
Figura 02 – Estruturas de Elaboração do PEHAB 2030.....	26
Figura 03 – Esquema da Estrutura Analítica do Projeto.....	38

TABELAS

Tabela 01 – Crescimento da População para as Microrregiões de Planejamento.....	18
Tabela 02 – Indicadores Econômicos das Microrregiões de Planejamento (valores reais)	19

QUADROS

Quadro 01 – Divisão Territorial Administrativa do Estado do Espírito Santo – Microrregiões de Planejamento	16
Quadro 02 – Conceitos da Fundação João Pinheiro.....	21
Quadro 03 – Instâncias de Elaboração do PEHAB 2030	26
Quadro 04 – Equipe da Latus Consultoria	27
Quadro 05 – Secretarias e Órgãos da Administração e Temáticas de Interesse	30
Quadro 06 – Descrição das Atividades e Subatividades.....	39
Quadro 07 – Dinâmicas adotadas para a consolidação do Plano de Trabalho	40
Quadro 08 – Diretrizes para o FNHIS	40
Quadro 09 – Eixos que Estruturam a Sistematização e Análise dos Dados	41
Quadro 10 – Dinâmicas a serem adotadas na Etapa de Construção do Diagnóstico	43
Quadro 11 – Dinâmicas adotadas na etapa de construção das estratégias de ação	44
Quadro 12 – Informações para o Diagnóstico do PEHAB.....	45
Quadro 13 – Cronograma de Atividades com Municípios e Agentes Externos	49
Quadro 14 – Conteúdos e Metodologia das Oficinas de Capacitação	52
Quadro 15 – Conteúdos e Metodologia dos Seminários de Participação dos Municípios e Sociedade no PEHAB 2030	53

APRESENTAÇÃO

A partir da promulgação da Lei Federal que institui o Sistema e o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS/FNHIS) – a Lei nº 11.124/2005 – recai sobre os entes federados a responsabilidade de se estruturarem institucionalmente através da adesão ao SNHIS e consequente elaboração de seus Planos Habitacionais, capacitando-se para o enfrentamento dos problemas habitacionais e utilizando os recursos do FNHIS.

O processo de elaboração do Plano Estadual de Habitação de Interesse Social do Estado do Espírito Santo (PEHAB) 2030, de que trata o presente Plano de Trabalho, se insere no âmbito de implementação da atual Política Nacional de Habitação (PNH) atendendo o que estabelece o SNHIS.

De acordo com o previsto no artigo 17 da norma:

Os Estados que aderirem ao SNHIS deverão atuar como articuladores das ações do setor habitacional no âmbito do seu território, promovendo a integração dos planos habitacionais dos municípios aos planos de desenvolvimento regional, coordenando atuações integradas que exijam intervenções intermunicipais, em especial em áreas complementares à habitação, e dando apoio aos municípios para a implantação de seus programas habitacionais e das suas políticas de subsídios.

Elaborado de acordo com os objetivos, princípios e diretrizes do SNHIS, torna-se o Plano Estadual de Habitação de Interesse Social (PEHIS) instrumento que, viabilizando a PNH e suas diretrizes e objetivos, implementa-a em sintonia com os objetivos e metas de desenvolvimento estabelecidos no âmbito estadual.

A elaboração do PEHAB 2030 traz o desafio e a oportunidade de refletir e planejar, conceitual e metodologicamente, o papel que o Estado deve desempenhar no SNHIS, viabilizando o fortalecimento de um Sistema Estadual de Habitação de Interesse Social e estabelecendo o papel e as possíveis contribuições da política habitacional no plano de desenvolvimento do Estado do Espírito Santo.

O presente documento tem por base a proposta técnica apresentada na etapa licitatória elaborada com base no Termo de Referência, com as alterações e complementações apontadas pela Comissão Gestora do Contrato, e Comissão do Grupo de Apoio Técnico, instâncias responsáveis, no âmbito institucional, pelo acompanhamento do processo de elaboração do PEHIS e atende às orientações do Ministério das Cidades estabelecidas pela Secretaria Nacional de Habitação.

Apresenta-se uma breve contextualização do quadro federal que remete à elaboração do PEHAB-2030 e o contexto estadual em que tal processo ocorre, assim como o Plano de Trabalho. Na forma de Anexo, são apresentados os cronogramas que compõem o Plano de Trabalho e o registro das atividades realizadas nessa etapa.

1. O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO E A ELABORAÇÃO DO PEHAB 2030

1.1. Por que fazer o PEHAB 2030? O Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social

No intuito de compreender o contexto no qual a elaboração dos Planos Estaduais se insere no âmbito da Política Nacional de Habitação, apresenta-se uma breve síntese do desenvolvimento da política habitacional brasileira, desde seus antecedentes, datado do extinto Banco Nacional de Habitação (BNH), passando pela Constituição Federal de 1988 e seus reflexos institucionais e legais, no que se refere às políticas habitacionais, até a atual conjuntura nacional.

Nesse sentido, os anos 1940 e 1950, décadas que antecederam a criação do BNH, são marcados pela atuação dos Institutos de Aposentadoria e Pensões, Fundação da Casa Popular e Departamento de Habitação Popular da Prefeitura do Distrito Federal, introduzindo, no Brasil, a concepção de que o problema da habitação era uma questão de política pública e social a ser enfrentada com novos conceitos urbanísticos e processos construtivos. Nesse período, a casa própria se consolida como principal forma de acesso à habitação. Emergem o crédito imobiliário (Caixas Econômicas, Institutos de Previdência Social, Bancos Privados) e também os incorporadores privados, iniciando intervenções fragmentadas através dos Institutos de Previdência ou através das entidades criadas pelos governos estaduais. Apesar das iniciativas, a produção de unidades habitacionais do período foi insuficiente e não se destinou à faixa de renda mais baixa, resultando incapaz de atender às necessidades de moradia da crescente população operária do país.

Assim, no contexto no qual o problema habitacional persistia e crescia, no início dos anos 1960, ocorre um marco em termos de intervenção estatal mais incisiva na provisão de habitação no Brasil. Esse marco é representado pela criação do Sistema Financeiro da Habitação, o BNH, sociedades de crédito imobiliário e letras imobiliárias, e o Serviço Federal de Habitação e Urbanismo, criados em 1964, através da Lei nº 4.380. A criação do BNH ocorre em um contexto de urbanização acelerada no país e de intensificação da crise de acesso à moradia. A Política Nacional de Habitação, nesse período, centrava-se na ideia da casa própria, e foi o papel econômico dessa política habitacional, dinamizando a economia através da geração de empregos e fortalecimento do setor da construção civil, que a transformou em um dos elementos centrais da estratégia dos governos militares.

O Sistema Brasileiro de Habitação (SBH) se estrutura com grande quantidade de recursos gerados pela criação, em 1967, do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), alimentado pela poupança compulsória de todos os assalariados brasileiros. Dessa forma, tem-se que, em termos quantitativos, os resultados do BNH foram expressivos, pois foi construído em um número significativo de novas unidades habitacionais para a classe trabalhadora urbana de baixa renda. Contudo, ainda muito distante das necessidades que o processo de urbanização brasileiro impunha.

Embora a produção habitacional tenha sido significativa, esteve muito aquém das necessidades geradas pelo acelerado processo de urbanização que ocorreu, no Brasil, durante a segunda metade do século XX. Isso porque, entre 1950 e 2000, a população urbana brasileira vivendo em cidades com mais de 20 mil habitantes cresceu de 11 milhões para 125 milhões. As moradias financiadas através do BNH, ainda que rerepresentassem uma porcentagem relevante, eram insuficientes para enfrentar o desafio da urbanização brasileira.

Em um cenário de intenso processo de urbanização e medidas governamentais desarticuladas entre os projetos habitacionais e a política urbana, gerando, dentre outros fatores, assentamentos urbanos precários distantes das áreas urbanizadas e mal servidos de infraestrutura e equipamentos sociais, somado à crise do modelo econômico do regime militar, na década de 1980, e a seus reflexos no Sistema Financeiro da Habitação (SFH), impõe-se a crise do Sistema Financeiro de Habitação e o fim do BNH, em 1986. A Caixa Econômica Federal torna-se o agente financeiro do SFH, absorvendo algumas das atribuições do pessoal e do acervo do extinto BNH.

No período subsequente à extinção do BNH, à diminuição dos recursos para o financiamento habitacional e ao “vazio” político-institucional, em termos de política pública federal de habitação que marca a segunda metade da década de 1980, ocorrem ações fragmentárias de estados e municípios para enfrentar seus problemas habitacionais. Os municípios, especialmente, são desafiados a articular-

se em termos político-institucionais na medida em que, após a Constituição Federal de 1988, passam a integrar a estrutura federativa do Estado brasileiro, cabendo-lhes a implementação de políticas públicas.

O contexto social e político, após a promulgação da Constituição de 1988, é fundamental para as décadas seguintes no que se refere a políticas habitacionais, em especial pelo fortalecimento dos movimentos sociais de acesso à moradia e pelos novos referenciais das políticas públicas de habitação, distanciados de uma lógica fundamentalmente pautada no financiamento para produção. As diretrizes das políticas habitacionais passam a pautar-se na descentralização das ações e participação social.

Sob essa perspectiva, em 1996, é criada a Secretaria de Política Urbana, que passou a ser a gestora do setor habitacional e divulgou o documento da Política Nacional de Habitação, realizado no contexto da preparação para a 2.^a Conferência das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos – Habitat II. Outras ações e programas se seguiram nesse período e, dentre os programas criados, incluiu-se a criação de programas de financiamento voltados ao beneficiário final (Carta de Crédito, individual e associativa), que passou a absorver a maior parte dos recursos do FGTS. Por razão de natureza financeira, a implementação desses programas não interferiu de forma significativa na diminuição do déficit habitacional, em particular nos segmentos de baixa renda.

Em meio ao contexto institucional e legal brasileiros de mudanças na política urbana com reflexo direto nas políticas habitacionais, em 2001, é promulgado o Estatuto da Cidade, através da Lei nº 10.257.

O Estatuto da Cidade estabeleceu as bases para a promoção da política urbana em todo o país e suas diretrizes mudaram a concepção de planejamento urbano, exigindo que problemas como a precariedade urbana e a irregularidade fundiária passassem a ser enfrentados no âmbito local. Em 2003, é criado o Ministério das Cidades com a atribuição de órgão coordenador, gestor e formulador da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano. Em meio ao contexto de mudanças que ocorriam na política urbana, no Brasil, no ano de 2004, é criado o Conselho Nacional das Cidades (ConCidades) e, aprovado por esse Conselho, o documento que orienta a Política Nacional de Habitação.

Em 2005, é promulgada a Lei Federal nº 11.124, que institui o SNHIS e o FNHIS. Do ponto de vista institucional, o desafio da implementação da atual Política Nacional de Habitação para responder ao déficit habitacional está na construção do SNHIS através da referida lei, que dispõe sobre a criação do FNHIS e criação do Conselho Gestor.

Assim, a criação de um SNHIS visa, fundamentalmente, a:

- viabilizar para a população de menor renda o acesso à terra urbanizada e à habitação digna e sustentável;
- implementar políticas e programas de investimentos e subsídios, promovendo e viabilizando o acesso à habitação voltada à população de menor renda;
- articular, compatibilizar, acompanhar e apoiar a atuação das instituições e órgãos que desempenham funções no setor da habitação.

A criação do Fundo, por sua vez, tem o objetivo de centralizar e gerenciar recursos orçamentários para os programas estruturados no âmbito do SNHIS e visa à incorporação dos Estados e Municípios a esse Sistema.

Ainda do ponto de vista institucional, o atual SNHIS prevê a adesão dos Estados e Municípios, os quais devem, para fins de acesso aos recursos do FNHIS: constituir o Fundo destinado a implementar a Política de Habitação de Interesse Social e receber os recursos do FNHIS; constituir conselho que contemple a participação de entidades públicas e privadas e segmentos da sociedade ligados à área de habitação e apresentar Plano Habitacional de Interesse Social.

Desse modo, é no âmbito de implementação da atual política nacional de habitação de interesse social, através do SNHIS, que se insere a elaboração dos Planos Estaduais e Locais de Habitação de Interesse Social e, como tal, o PEHAB 2030.

Os Municípios têm elaborado, gradativamente, seus Planos Locais de Habitação de Interesse Social (PLHIS) e aderido à política habitacional nacional, na medida em que se trata de requisito obrigatório para acesso aos recursos do FNHIS.

No que concerne aos Estados, de acordo com o previsto no artigo 17 da norma, os que aderirem ao SNHIS deverão atuar como articuladores das ações do setor habitacional no âmbito do seu território, promovendo a integração dos planos habitacionais dos Municípios aos planos de desenvolvimento regional, coordenando atuações integradas que exijam intervenções intermunicipais, em especial em áreas complementares à habitação, e dando apoio aos Municípios para a implantação de seus programas habitacionais e das suas políticas de subsídios.

Portanto, o PEHAB 2030, elaborado em acordo aos objetivos, princípios e diretrizes do SNHIS, juntamente com o Conselho Estadual das Cidades e a efetivação do Fundo Estadual de Habitação, além de requisitos fundamentais para o acesso aos recursos do FNHIS, deverá constituir e fortalecer os instrumentos e as estruturas necessárias à implementação de um planejamento estratégico para o tema da habitação e a efetivação do Sistema Estadual de Habitação de Interesse Social no Estado do Espírito Santo.

1.2 O Estado do Espírito Santo – Breve Contextualização

O Estado do Espírito Santo estende-se por um território de 46.095,583 km² (aproximadamente 0,54% do território brasileiro), apresentando limites com o Estado do Rio de Janeiro (ao sul), Minas Gerais (a oeste) e Bahia (ao norte), com seu litoral banhado pelo oceano Atlântico.

Na classificação dos Estados mais populosos, o Estado do Espírito Santo situa-se na 15.^a posição, representando 1,8% da população brasileira. De acordo com os resultados do Censo Demográfico de 2010, divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Espírito Santo apresentou, em 2010, uma população de 3.514.952 habitantes, evidenciando aumento de 13,5% (417.720 habitantes) em relação à população registrada em 2000 (3.097.232 pessoas residentes)¹.

A população é, em sua maioria, urbana, com 83,4% da população vivendo nas cidades, e tem apresentado um crescimento médio anual de 1,27%, valor acima da média nacional (1,17%) e maior taxa de crescimento populacional da região Sudeste, onde é seguido por São Paulo (1,09%), Rio de Janeiro (1,06%) e Minas Gerais (0,91%)².

Comparativamente aos demais Estados brasileiros, o Estado apresenta o sétimo maior Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do País (0,802), segundo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) – Brasil 2010, considerado um índice de alto desenvolvimento. O Espírito Santo apresenta a décima posição no *ranking* da igualdade na distribuição de renda, apresentando Índice de Gini de 0,475, frente ao índice 0,460 do primeiro colocado, Santa Catarina. O PIB *per capita* do Espírito Santo chega, em 2010, à cifra de R\$ 23.379,00 com o Estado, mantendo a sexta posição no *ranking* nacional.

O IBGE divide o território do Estado em 4 mesorregiões geográficas (Central Espiritossantense, Litoral Norte Espiritossantense, Noroeste Espiritossantense e Sul Espiritossantense), as quais se subdividem em 13 microrregiões, que comportam 87 Municípios. As microrregiões estabelecidas pelo IBGE são: Barra de São Francisco, Montanha, São Mateus, Nova Venécia, Colatina, Linhares, Santa Teresa, Afonso Cláudio, Alegre, Cachoeiro de Itapemirim, Itapemirim, Guarapari e Vitória.

Segundo a Constituição Federal, microrregiões são agrupamentos de Municípios limítrofes que têm como objetivo integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum. Entretanto, são raras as microrregiões que assim funcionam. Ademais, tais

¹ IJSN Demografia e Urbanização: o ES no censo de 2010.

² Idem.

regionalizações não contemplam, com exclusividade, o território da Região Metropolitana da Grande Vitória(RMGV)³ e, na macroescala, homogenizam o território capixaba.

O Governo do Estado do Espírito Santo, para efeito de planejamento, subdivide o território estadual em 10 regiões denominadas “Microrregiões de Planejamento”. A nova regionalização do Estado, em vigor a partir de 28/12/2011, reagrupa os municípios segundo novos critérios, alterando a divisão anterior que estabelecia 12 microrregiões de gestão administrativa. As microrregiões de planejamento foram estabelecidas pela Lei nº 9768 e estão descritas e representadas no quadro e figura a seguir.

Quadro 01 – Divisão Territorial Administrativa do Estado do Espírito Santo – Microrregiões de Planejamento

REGIÕES	MUNICÍPIOS
Metropolitana	Cariacica, Fundão, Guarapari, Serra, Vila Velha, Viana, Vitória.
Central Serrana	Itaguaçu, Itarema, Santa Leopoldina, Santa Maria do Jetibá, Santa Teresa.
Sudoeste Serrana	Afonso Claudio, Brejetuba, Conceição do Castelo, Domongos Martins, Laranja da Terra, Marechal Floriano, Venda Nova do Imigrante.
Litoral Sul	Alfredo Chaves, Anchieta, Iconha, Piúma, Itapemirim, Rio Novo do Sul, Marataízes, Presidente Kennedy.
Central Sul	Cachoeiro de Itapemirim, Vargem Alta, Castelo, Atilio Vivacqua, Mimoso do Sul, Muqui, Apiacá, Jerônimo Monteiro.
Caparaó	Divino de São Lourenço, Dolores do Rio Preto, Guaçuí, Ibitirama, Muniz Freire, Irupi, São José do Calçado, Alegre, Bom Jesus do Norte, Lúna, Ibatiba.
Rio Doce	Aracruz, Ibiracú, João Neiva, Linhares, Rio Bananal, Sooretama.
Centro Oeste	Alto Rio Novo, Baixo Guandu, Colatina, Pancas, Governador Lindenberg, Marilândia, São Domingos do Norte, São Gabriel da Palha, Vila Valério, São Roque do Canaã.
Nordeste	Conceição da Barra, Pedro Canário, São Mateus, Montanha, Mucurici, Pinheiros, Ponto Belo, Jaguaré, Boa Esperança.
Noroeste	Água Doce do Norte, Barra de São Francisco, Ecoporanga, Mantenópolis, Vila Pavão, Águia Branca, Nova Venécia.

Fonte: Governo do Estado do Espírito Santo.

³ A RMGV é composta pelos municípios de Cariacica, Fundão, Guarapari, Serra, Viana, Vila Velha e Vitória. Com exceção de Fundão e Guarapari, os demais municípios da RMGV formam a Aglomeração da Grande Vitória, que se caracteriza como uma típica conurbação. A RMGV foi criada pela Lei Complementar nº 58/95, atualizada pela Lei Complementar nº 159/99 e pela Lei Complementar nº 204/01.

Figura 01 – Divisão Territorial Administrativa do Estado do Espírito Santo – Microrregiões de Planejamento



Agrupados os dados populacionais do IBGE para os anos de 2000 e 2010, para as microrregiões de planejamento, verifica-se a grande concentração populacional na RMGV representando quase 50% da população total do Estado, em ambos os anos avaliados. Observa-se, ainda, que em 2010 houve aumento dessa concentração. Na sequência, aparecem as microrregiões Central Sul e Rio Doce, que contêm os polos de Cachoeiro e Linhares, concentrando em 2010, respectivamente, 8,9% e 8,3% da população do Espírito Santo, e mantendo a segunda e terceira posição já ocupadas no ano de 2000. Por outro lado, as menores parcelas da população permanecem, em 2010, nas microrregiões Central Serrana (2,7%) e Sudoeste Serrano (3,8%).

As taxas médias geométricas anuais de crescimento apontam maior crescimento para as microrregiões do Rio Doce (2,08%), Metropolitana (1,61%) e Nordeste (1,34%), todas com crescimento superior à média estadual de 1,27%. Em contrapartida, as microrregiões de Caparaó e Noroeste apresentaram as menores taxas do Estado, com valores inferior ou igual a 0,4%. Na avaliação geral, são 7 microrregiões com crescimento populacional menos acelerado que o crescimento médio, revelando aumento da concentração nas microrregiões que já detêm maiores parcelas populacionais. A exceção fica para a microrregião Central Sul, segunda no ranking populacional e de baixo crescimento (0,71%).

Tabela 01 – Crescimento da População para as Microrregiões de Planejamento

REGIÕES PLANEJAMENTO	POPULAÇÃO 2000		POPULAÇÃO 2010		CRESCIMENTO ANUAL
Metropolitana	1.438.596	46,4%	1.687.704	48,0%	1,61%
Central Serrana	87.779	2,8%	93.254	2,7%	0,61%
Sudoeste Serrana	124.675	4,0%	132.069	3,8%	0,58%
Litoral Sul	138.810	4,5%	155.270	4,4%	1,13%
Central Sul	291.011	9,4%	312.305	8,9%	0,71%
Caparaó	172.494	5,6%	178.187	5,1%	0,33%
Rio Doce	237.291	7,7%	291.498	8,3%	2,08%
Centro Oeste	236.225	7,6%	256.673	7,3%	0,83%
Nordeste	222.879	7,2%	254.526	7,2%	1,34%
Noroeste	147.472	4,8%	153.466	4,4%	0,40%
Estado ES	3.097.232	100%	3.514.952	100%	1,27%

Dados: IBGE.

Em relação ao porte populacional dos Municípios capixabas, apenas 9 apresentam população superior aos 100.000 habitantes, sendo 5 da RMGV (Vila Velha, Serra, Cariacica, Vitória e Guarapari); e os outros 4 de regiões tradicionalmente polarizadoras e/ou que vêm despontando na rede urbana das cidades (Cachoeiro, Linhares, Colatina, e São Mateus). Cerca de 61% da população capixaba reside nesses municípios.

De outra parte, são apenas 12 os municípios com menos de 10.000 habitantes. A grande maioria encontra-se nas situações intermediárias: 27 municípios registram populações acima de 20.000 habitantes, e inferiores a 100.000; e 30 municípios têm entre 10.000 e 20.000 habitantes. Esses dados são importantes para o reconhecimento da diversidade territorial e de gestão local, e nortearão as análises e propostas do PEHAB 2030.

Em relação à dinâmica econômica, o Estado do Espírito Santo, assim como outros estados brasileiros, apresenta uma excessiva concentração da riqueza produzida. A Região Metropolitana é responsável por 63,2% do Produto Interno Bruto (PIB) estadual. A segunda região com maior contribuição para o PIB geral capixaba é a Litoral Sul, com 9,4%. Logo atrás, com 7,9% do PIB, encontra-se a região do Rio Doce. Juntas, essas 3 regiões representam cerca de 80% da riqueza gerada no Estado. Os indicadores demonstram que, na última década, houve um crescimento real na economia do Estado bastante significativo, na ordem de 53%.

Quando avaliado o crescimento ocorrido segundo as microrregiões de planejamento, destaca-se o Litoral Sul com taxa de 244%, seguido da Metropolitana (62%). As demais regiões apresentam crescimento bem menos expressivo, variando de 8,5% a 26,1%. Entretanto, apenas a microrregião de Caparaó apresentou uma diminuição na sua economia local (-9,4%). Permanece a polarização metropolitana, em que pese os investimentos e políticas que objetivam maior descentralização da economia (Espírito Santo 2025).

Tabela 02 – Indicadores Econômicos das Microrregiões de Planejamento (valores reais)

REGIÕES PLANEJAMENTO	PIB 2000 (valores reais)	PIB 2010	Crescimento real 2000-10	Participação PIB ES-2010
Metropolitana	32.004.346	51.867.296	62,1%	63,2%
Central Serrana	1.027.780	1.163.119	13,2%	1,4%
Sudoeste Serrana	1.280.235	1.403.297	9,6%	1,7%
Litoral Sul	2.233.758	7.685.196	244,0%	9,4%
Central Sul	3.276.356	3.885.031	18,6%	4,7%
Caparaó	1.654.432	1.498.848	-9,4%	1,8%
Rio Doce	5.126.457	6.466.025	26,1%	7,9%
Centro Oeste	2.596.737	3.223.004	24,1%	3,9%
Nordeste	3.036.720	3.296.168	8,5%	4,0%
Noroeste	1.324.027	1.633.851	23,4%	2,0%
Estado ES	53.560.849	82.121.834	53,3%	100%

Dados: IJSN/IBGE – Elaboração Latus.

Esses indicadores positivos da economia do Espírito Santo também aparecem na comparação dos indicadores de outros Estados. Segundo apontam estudos do IJSN⁴, o Estado apresentou em 2010 um crescimento real do PIB de 13,8%, taxa que comparada ao crescimento do PIB brasileiro (7,5%) e da região Sudeste (7,6%) revela a dimensão da expansão econômica capixaba. Já o *PIB per capita* atingiu o patamar de R\$ 23.379,00, com um crescimento real de 13%, que ultrapassa o *PIB per capita* nacional de R\$ 19.766,00 e seu crescimento no período, correspondente a 8%. O Estado teve o segundo maior crescimento real do ano de 2010.

Segundo o estudo, o setor Secundário foi aquele que mais ganhou participação na geração de riqueza do Estado, recuperando o mesmo nível que tinha em 2008. Com isso, em 2010, o setor Secundário passou a ter 36,0% de participação no Valor Adicionado Bruto (VAB) do Estado, frente aos 29,8% que respondia em 2009. E, ainda, a indústria Extrativa Mineral foi a que apresentou maior elevação em termos reais, ampliando o volume de produção em 82,9%.

O setor de serviços é ainda o maior componente da economia capixaba. Em 2009, o Valor Adicionado Bruto do Estado era composto em maior proporção pelos serviços (63,5%) que reduzem em 2010 (57,5%) frente ao crescimento do setor industrial.

Faz-se ainda uma última consideração em relação à distribuição dessa riqueza produzida. Apesar do Índice de Gini revelar uma melhora expressiva na distribuição da renda, colocando o Estado na 10.^a posição do *ranking* nacional, os dados do IBGE demonstram que cerca de 34% dos domicílios do Estado do Espírito Santo situam-se na faixa de rendimento mensal domiciliar de até 2 salários mínimos, e 3,7% não têm rendimentos. Essas taxas revelam que dos 1.101.094 Domicílios Particulares Permanentes (DPP) identificados no Estado pelo censo de 2010, 414.239 correspondem a um rendimento que se insere nas faixas de menor rendimento e que demandam por políticas sociais, dentre elas a Política de Habitação de Interesse Social.

1.3. O Contexto Institucional e da Política Habitacional do Estado do Espírito Santo

Uma breve contextualização da política habitacional implementada no âmbito do governo do Estado do Espírito Santo não prescinde do ocorrido na esfera nacional e remete minimamente ao reconhecimento de três períodos determinantes na concepção e implementação das políticas estaduais e municipais: (i) um primeiro período em que os Estados operam como principal agente executor da política nacional estabelecida de forma centralizada pelo BNH (1964-1986) através das Companhias Habitacionais (COHABS); (ii) um segundo momento de retração e até mesmo ausência do financiamento público e indefinições no campo institucional associadas à autonomia conferida aos municípios a partir da Constituição Federal de 1988 e que remete às soluções consideradas “alternativas” e definidas na

⁴ IJSN (Oliveira, Vitor Januario). *Produto Interno Bruto (PIB) – Espírito Santos -2010*. Vitória, nov. 2012.

esfera local (1986 a 2002); (iii) e, finalmente, com a retomada gradativa do financiamento e a redefinição da política no âmbito nacional determinada pela Lei nº 11.124 que institui o Sistema Nacional de Habitação e promove sua consolidação através da adesão dos Estados e Municípios, onde o PEHAB se insere, concomitante a um financiamento de larga escala disponibilizado pelos programas nacionais. Sob esse enfoque e periodização, deverão ser avaliados os dados e informações referentes à política implementada pelo Estado e pelos Municípios capixabas, na etapa do Diagnóstico. Por ora, nesta breve contextualização, é importante destacar as estruturas e instâncias existentes no âmbito estadual envolvidas com a questão habitacional.

A Secretaria de Estado de Saneamento, Habitação e Desenvolvimento Urbano foi criada pela Lei nº 380/2007, tendo com objetivo auxiliar no desenvolvimento das políticas públicas, através de programas e projetos nas áreas de saneamento, habitação e desenvolvimento das cidades. Tem como instituições vinculadas a Companhia Espírito Santense de Saneamento (CESAN), a Agência Reguladora de Saneamento Básico e Infraestrutura Viária (ARSI), e o Instituto de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Espírito Santo (IDURB-ES).

O IDURB-ES, autarquia que tem a atribuição de atuar no planejamento, gestão e implementação das políticas de habitação de interesse social e desenvolvimento urbano do Estado do Espírito Santo, foi criado pela Lei nº 488 em 2009, que também autoriza o Estado a promover a liquidação e extinção da COHAB-ES. A autarquia tem também sob sua competência atuar na implementação de obras de infraestrutura urbana e rural na área de saneamento, de estradas e vias municipais, de obras para a prevenção e mitigação dos efeitos de cheias e secas, obras de edificação, espaços e equipamentos públicos, entre outros.

Com amplo campo potencial de atuação, destacam-se objetivos e ações relacionadas a pesquisas tecnológicas concernentes à habitação, articulação com órgãos e entidades públicas e privadas de fomento de tecnologia e redução dos custos da habitação popular, celebração de convênios e contratos com órgãos e entidades públicas e privadas, nacionais ou estrangeiras, elaboração de projetos de empreendimentos habitacionais e programas para a solução de problemas habitacionais no Estado, formalizar parcerias junto aos municípios visando ao desenvolvimento de programas de financiamento para o atendimento das necessidades habitacionais do Estado, a organização de bancos de dados sobre habitação, etc.

Atualmente, o Programa Nossa Casa, implementado pelo IDURB, contempla as principais ações da política de provisão da moradia desenvolvida pelo Estado, mas também os programas Minha Escritura, Bem Melhor e Rua Nova viabilizam outras intervenções que se relacionam diretamente com a questão habitacional, como a regularização fundiária e a melhoria dos espaços urbanos da habitação de interesse social.

A elaboração do PEHAB 2030 é um novo passo na consolidação da política habitacional do Estado e, nesse sentido, deverá retomar algumas questões. Entre elas, as estruturas de gestão e a articulação no âmbito das instituições envolvidas, as capacidades institucionais dos municípios diante do protagonismo que lhes é conferido, e a capacidade estadual para o financiamento habitacional. O PEHAB deve promover o debate sobre papéis e atribuições que o Estado e os Municípios assumem na consolidação e implementação do Sistema Nacional de Habitação e o fomento à realização dos Planos Municipais de Habitação – os PLHIS.

Em relação à situação hoje existente nos Municípios para o cumprimento e efetivação da adesão ao SNHIS, verificou-se uma situação bastante precária para o Estado. Apenas 17 municípios têm seus PLHIS concluídos, conforme consta das informações disponibilizadas pelo Ministério das Cidades. Os municípios de Alfredo Chaves, Boa Esperança, Governador Lindenberg, Guarapari, Iconha, Itapemirim, Iúna, Marataízes, Marechal Floriano, Marilândia, Mucurici, Santa Maria de Jetibá, São Gabriel da Palha, Serra, Vargem Alta, Vila Valério e Vitória elaboraram e encaminharam seus PLHIS ao Ministério das Cidades. Quando considerados os demais requisitos de adesão ao sistema (instituição de Fundo e Conselho), são apenas 7 os municípios capixabas que se encontram em situação regular: Governador Lindenberg, Guarapari, Itapemirim, Marechal Floriano, Mucurici, São Gabriel da Palha e Vitória.

1.4. Conceitos de Habitação de Interesse Social e Estimativas do Déficit do Espírito Santo

Seguindo a orientação do Ministério das Cidades e da Secretaria Nacional de Habitação, bem como a opção metodológica adotada na elaboração do Plano Nacional de Habitação, recorre-se à metodologia e aos dados produzidos pela Fundação João Pinheiro (FJP). No contexto dos estudos científicos sobre a problemática habitacional brasileira, o trabalho da FJP tem se destacado pela formatação de uma metodologia que apresenta confiabilidade e legitimidade, estabelecendo um marco teórico e conceitual adotado pelo governo federal e demais instâncias da federação. Tal metodologia tem sido replicada e ajustada a partir dos dados coletados pelo IBGE, sejam relativos ao censo ou à Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD).

Os dados desagregados mais recentes que a FJP apresenta têm por base o censo do ano de 2000 para o universo dos municípios brasileiros que apresentavam mais de 20 mil habitantes urbanos à época. Quanto ao nível de agregação estadual e das Regiões Metropolitanas, disponibiliza dados com base na PNAD do ano de 2008.

É importante que se resgate as alterações que a metodologia trabalhada sofreu, as quais impõem limites à comparação entre os dados gerais que se dispõem para o Estado e os que se dispõem para o nível de agregação municipal, o qual dá base para uma análise regional. Tais alterações estão descritas no quadro a seguir, o qual apresenta também os principais conceitos trabalhados:

Quadro 02 – Conceitos da Fundação João Pinheiro

	FJP, 2000	FJP, 2008
DÉFICIT HABITACIONAL Representa a necessidade de construção de novas moradias para a solução de problemas sociais. O conceito utilizado está ligado diretamente às deficiências do estoque de moradias.	DOMICÍLIOS⁵ RÚSTICOS – Não apresentam paredes de alvenaria ou madeira aparelhada, o que resulta em desconforto para seus moradores e risco de contaminação por doenças.	
	DOMICÍLIOS IMPROVISADOS – Locais destinados a fins não residenciais, mas que servem de moradia.	
	COABITAÇÃO FAMILIAR – Compreende a soma das famílias conviventes secundárias que vivem junto a outra família em um mesmo domicílio e das que vivem em cômodos, cedidos, alugados ou próprios.	COABITAÇÃO FAMILIAR FORÇADA – Compreende a soma das famílias conviventes secundárias que vivem junto a outra família em um mesmo domicílio e das que vivem em cômodos, cedidos, alugados ou próprios, e que tem interesse em constituir um domicílio unifamiliar.
		ÔNUS EXCESSIVO COM ALUGUEL – Compreende a situação de moradia em domicílio urbano alugado por família cuja renda mensal é menor do que 03 salários mínimos e que compromete mais de 30% da sua renda mensal com o aluguel.
		ADENSAMENTO EXCESSIVO EM DOMICÍLIO ALUGADO – Ocorre quando o domicílio apresenta um número médio de moradores superior a três por cômodo e é alugado.

Continua...

⁵ A Fundação João Pinheiro considera *domicílio* a moradia estruturalmente independente, constituída por um ou mais cômodos, com entrada privativa por extensão; edifícios em construção, embarcações, veículos, barracas, tendas, grutas e outros locais que estavam na data do censo, servindo de moradia, também foram considerados como domicílios.

...Continuação

INADEQUAÇÃO DOS DOMICÍLIOS URBANOS As habitações inadequadas são as que não proporcionam a seus moradores condições desejáveis de habitabilidade, o que não implica, contudo, necessidade de construção de novas unidades. É necessário o cuidado de excluir do estoque a ser analisado os domicílios inseridos em alguma das categorias do déficit habitacional. Ao contrário desse, os critérios adotados para a inadequação habitacional não são mutuamente exclusivos e, portanto, não podem ser somados, sob risco de múltipla contagem (uma mesma moradia pode ser simultaneamente inadequada segundo vários critérios).	ADENSAMENTO URBANO EXCESSIVO – Ocorre quando o domicílio apresenta um número médio de moradores superior a três por cômodo.	ADENSAMENTO URBANO EXCESSIVO EM DOMICÍLIO PRÓPRIO – Ocorre quando o domicílio apresenta um número médio de moradores superior a três por cômodo e não é alugado.
	INADEQUAÇÃO FUNDIÁRIA URBANA – Refere-se aos casos em que pelo menos um dos moradores do domicílio declara a propriedade da moradia, mas afirma não possuir, total ou parcialmente, o terreno ou a fração ideal de terreno (no caso de apartamento) em que aquela se localiza.	
	CARÊNCIA DE INFRAESTRUTURA – Ocorre quando o domicílio não dispõe de ao menos um dos seguintes serviços básicos: iluminação elétrica, rede geral de abastecimento de água com canalização interna, rede geral de esgotamento sanitário ou fossa séptica e coleta de lixo.	
	DOMICÍLIOS SEM BANHEIRO – Ocorre quando o domicílio não dispõe de unidade sanitária exclusiva.	
		COBERTURA INADEQUADA – Domicílios com paredes de alvenaria ou madeira aparelhada e cobertura de zinco, palha, sapê, madeira aproveitada ou outro material que não seja telha, laje de concreto ou madeira aparelhada.

Fonte: Fundação João Pinheiro, 2000 e 2008.

Com base na última publicação da FJP – Déficit Habitacional no Brasil – 2008, podemos levantar alguns indicadores relativos ao Estado do Espírito Santo especialmente no que se refere à caracterização desse déficit. Tal caracterização certamente contribuirá nos levantamentos e análises comparativas que contemplam a etapa do Diagnóstico.

Segundo a publicação, o déficit calculado para o Estado em 2008 era de 88.868 domicílios, o que representava 8% dos DPP's estimados. Mais de 90% desse déficit (91,5%) corresponde a áreas urbanas. O estudo estima ainda que cerca de 90% desse déficit corresponde à demanda populacional da faixa de rendimentos de até 3 salários mínimos.

O componente de maior incidência na área urbana corresponde ao ônus excessivo com aluguel (51,5%), seguido da coabitação (24,5%) e da habitação precária (16,6%). Ao adensamento excessivo de domicílios alugados corresponde somente 7,4% do total do déficit urbano. Na área rural, o déficit tem quase absoluta incidência do componente coabitação, com 93,3% do total rural estimado.

O estudo traz ainda uma série de elementos que contribuirão nas análises da etapa de diagnóstico do déficit atual, como, por exemplo, os indicadores da evolução desse déficit para os anos de 2000, 2005, 2006, 2007 e 2008 (consideradas as diferenças metodológicas registradas). No ano de 2000, o déficit correspondia a 9,4% dos DPP's. No período de 2005 a 2008, houve uma redução dessa proporcionalidade que varia de 9,9%, em 2005, a 8,0%, em 2008.

Outro estudo que deverá balizar as análises futuras de quantificação e qualificação do déficit do Estado foi realizado pelo IJSN⁶ a partir dos dados sistematizados do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico) referente a 2009. Esse estudo tem principal importância por avaliar o déficit de famílias de mais baixa renda que demandam pelas políticas públicas sociais.

Nesse universo de pesquisa, o déficit quantificado foi de 21.683 domicílios, sendo que 11.188 correspondem a habitações precárias, 67 relacionam-se a ônus excessivo com aluguel e 10.428 referem-se à coabitação familiar. O déficit corresponde a 7,8% dos domicílios cadastrados e apresenta composição bem diferenciada para essa parcela da população, sendo os maiores componentes a habitação precária e a coabitação.

Outra vantagem dessa informação é que ela está sistematizada para as distintas agregações territoriais, permitindo um comparativo na escala das microrregiões (embora ainda com a divisão anterior a Lei nº 9768) e também dos Municípios. Sem dúvida, tais elementos contribuirão para balizar os levantamentos da etapa do Diagnóstico.

⁶ IJSN – Diagnóstico do Déficit Habitacional para os Municípios do Estado do Espírito Santo – 2009. Texto para Discussão – 03.

2. Procedimentos para a Elaboração do Plano Estadual de Habitação de Interesse Social PEHAB 2030 – ES

2.1. Estruturas e Instâncias de Elaboração do PEHAB 2030

Para atender às orientações do Ministério das Cidades/Secretaria Nacional de Habitação, aos princípios metodológicos propostos e aos objetivos do PEHAB 2030, propõe-se um procedimento metodológico de elaboração do PEHAB que conte com o envolvimento ativo dos agentes locais.

Essa é uma estratégia que visa: (i) fortalecer a instituição pública, capacitando seus agentes e preparando-os para a implementação do PEHAB e seu monitoramento permanente; (ii) consolidar o Sistema Estadual de Habitação de Interesse Social com o fortalecimento das suas estruturas de gestão e de participação social.

Conforme estabelece o TR, para efetivar a participação durante todas as etapas de construção do PEHAB, serão constituídas Instâncias de Coordenação, Fiscalização e Acompanhamento do Plano no âmbito institucional, cabendo à consultoria contratada estabelecer as estruturas de Coordenação e Execução dos trabalhos técnicos.

Assim, de forma geral, o trabalho se desenvolverá a partir das estruturas estabelecidas, consideradas as orientações obtidas na primeira reunião realizada com a Comissão Gestora do Contrato e demais convidados, conforme consta de ata em anexo, que resulta no seguinte:

- A coordenação dos trabalhos de elaboração do PEHAB é realizada pela Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação (SEDURB) do Governo do Estado do Espírito Santo, através da Comissão Gestora do Contrato, que será composta por técnicos da Secretaria e do IDURB. Cabe à Comissão Gestora a supervisão técnica e a verificação contratual sobre os serviços contratados, e sua execução conforme previsto no Termo de Referência. A Comissão Gestora é apoiada por uma Comissão de Apoio Técnico, composta por representantes de outras Secretarias e Órgãos Governamentais, formalizada através de Acordo de Cooperação Técnica;
- À assessoria contratada, formada por equipe multidisciplinar, cabe o desenvolvimento e elaboração técnica do trabalho contratado, a orientação e desenvolvimento metodológico, bem como a confecção dos produtos;
- E o Grupo de Acompanhamento composto por representantes do Conselho Estadual das Cidades e do Conselho Gestor do Fundo Estadual de Habitação contribui com a elaboração do PEHAB, acompanhando o processo e validando os produtos entregues pela consultoria. Participa ativamente na sensibilização e mobilização de segmentos da sociedade civil para a participação cidadã.

Propõe-se, para o andamento integrado dos trabalhos e consolidando as instâncias propostas, que as referidas estruturas atuem de forma a constituir um nível interno de elaboração e debates do PEHAB, em que atuam as equipes acima nomeadas; e um nível externo, de participação ampliada que se constitui a partir de reuniões, seminários e outras ações realizadas e que efetivam a participação dos demais agentes, dos Municípios, e da cidadania.

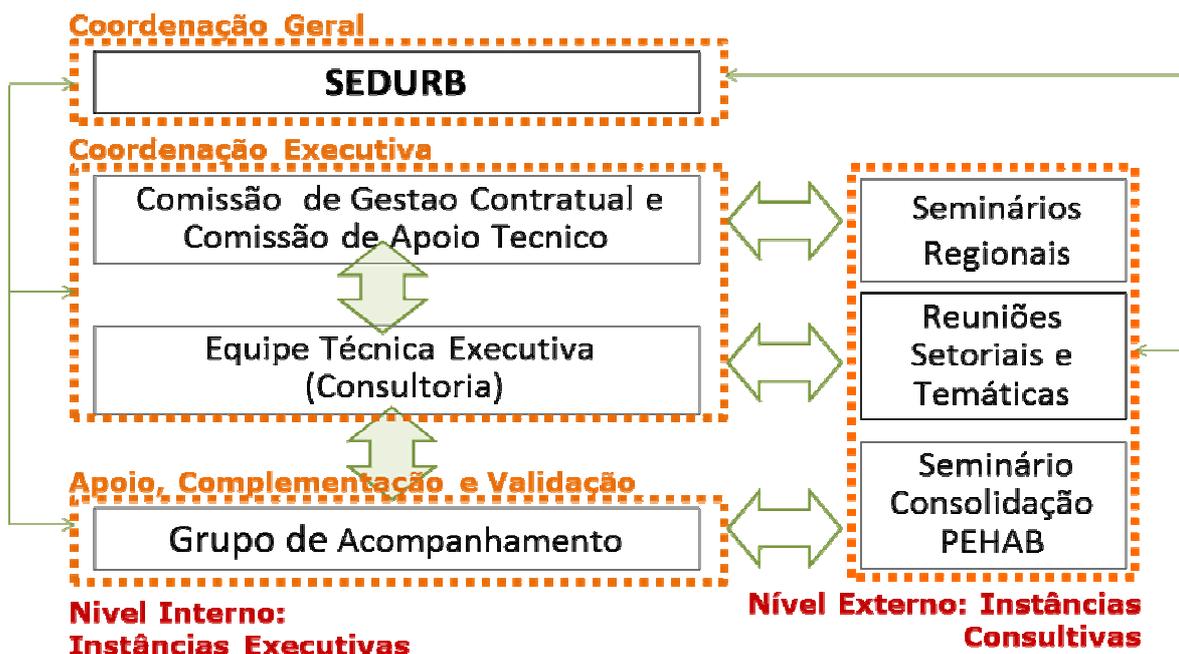
O nível interno tem como responsabilidade geral agregar todas as informações disponíveis, promover a reflexão e o debate, coordenar todo o processo nos seus níveis interno e externo, promover a comunicação e divulgação do plano, garantindo sua transparência e transdisciplinariedade.

Com destaque, nesse contexto, ao papel que assume a Comissão de Acompanhamento, e de forma ainda mais especial, o Conselho Gestor do Fundo Estadual de Habitação de Interesse Social. Recomenda-se que para essas equipes também possam estar previstas atividades de capacitações e de aprimoramento do tema habitacional e conhecimento da política habitacional de forma a viabilizar a implementação posterior do PEHAB.

O nível externo é o que estabelece o viés participativo do processo de elaboração do PEHAB, e viabiliza-se através da realização de reuniões, seminários e oficinas. Inclui agentes específicos (relacionados à temática), os Municípios e a sociedade em geral.

Os níveis interno e externo articulam-se na forma explicitada na figura a seguir:

Figura 02 – Estruturas de Elaboração do PEHAB 2030



Elaboração: Latus Consultoria.

O quadro seguinte especifica as atribuições das instâncias propostas de elaboração do PEHAB 2030, considerado o conjunto dos agentes envolvidos:

Quadro 03 – Instâncias de Elaboração do PEHAB 2030

COORDENAÇÃO GERAL	É composta pela direção da SEDURB. Tem a competência de estabelecer a condução política do processo, garantir a articulação entre os agentes e as instituições, e promover as condições necessárias ao desenvolvimento do trabalho.
INSTÂNCIAS EXECUTIVAS	
COMISSÃO DE GESTÃO CONTRATUAL	É responsável pela coordenação do trabalho técnico, pela fiscalização do trabalho realizado pela assessoria contratada, pelo aporte de conteúdos e ajuste nos produtos entregues, pela relação com a CEF e Ministério das Cidades, por promover o suporte necessário na realização das atividades propostas, na transparência e comunicação do processo, e no apoio à mobilização dos participantes. Conta com o suporte da Comissão de Apoio Técnico constituído por outras áreas e instituições do Governo do Estado.
COMISSÃO DE APOIO TÉCNICO	É responsável, juntamente com a Comissão Gestora do Contrato pelo aporte de conteúdos e ajuste nos produtos entregues, por debater e promover o suporte necessário na realização das atividades propostas, na transparência e comunicação do processo, e no apoio à mobilização dos participantes.
ASSESSORIA TÉCNICA CONTRATADA	É responsável pela elaboração técnica do trabalho atendendo às especificações do Termo de Referência, bem como as do Ministério das Cidades/Secretaria Nacional de Habitação, orientando e aportando aspectos conceituais e metodológicos para a realização dos trabalhos. Responsabiliza-se pela coleta, sistematização e análise dos dados, pela realização de atividades de debate nas distintas instâncias, pela redação final dos produtos, assegurando a construção coletiva do conhecimento e a capacitação dos gestores e agentes da sociedade envolvidos no processo.

Continua...

...Continuação

COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO	Composto por representantes do Conselho das Cidades e do Conselho gestor do FEHIS amplia a participação institucional e promove a participação representativa da sociedade na elaboração e debates do PEHAB. Tem por atribuição colaborar para o debate conceitual e propositivo do PEHIS, fornecer as informações necessárias para sua construção, e colaborar na divulgação e convocação dos fóruns ampliados de debate. Tem como responsabilidade a aprovação dos produtos entregues que serão levados ao debate público.
INSTÂNCIAS CONSULTIVAS E PARTICIPATIVAS	
SEMINÁRIOS REGIONAIS	Instâncias de participação dos Municípios que se dão na agregação territorial das Microrregiões de Planejamento. São estabelecidos a partir da mobilização de agentes institucionais e da sociedade civil. Colaboram para o debate conceitual e propositivo do PEHAB e fornecem informações.
REUNIÕES SETORIAIS OU TEMÁTICAS	Instâncias de participação ampliada de setores públicos, privados, técnicos, associativos, sindicais, acadêmicos e demais associações e agentes sociais envolvidos com o setor habitacional e de desenvolvimento urbano. São chamados para debate sobre temáticas ou pautas específicas identificadas na etapa do Diagnóstico. Colaboram para o debate conceitual e propositivo do PEHAB e fornecem informações.
SEMINÁRIO DE CONSOLIDAÇÃO DO PEHAB	Instância pública de ampliação do debate e de contribuições finais para o PEHAB 2030, quando será apresentado para avaliação e contribuições dos presentes o acúmulo do processo desenvolvido e consolidado no PEHAB preliminar.

Elaboração: Latus Consultoria.

No que se refere às atribuições e responsabilidades da equipe contratada, a Latus apresenta o quadro de técnicos e colaboradores, especificados segundo suas funções e atribuições, em cada etapa dos trabalhos.

Quadro 04– Equipe da Latus Consultoria

Equipes	Elaboração do Plano de Trabalho (PT)	Diagnóstico	Plano de Ação
Coordenação			
Cláudia Damásio Arquiteta; Coordenadora Geral.	Consolidação do PT e Preparação das ações de Capacitação	- Coordenação Geral; - Planejamento e controle das atividades; - Metodologia e controle dos produtos elaborados.	- Coordenação Geral; - Planejamento e controle das atividades; - Metodologia e controle dos produtos elaborados.
Gevaci Perroni Economista; Coordenador de Pesquisa.		Coordenação do levantamento de dados e das análises socioeconômica, e projeções/cenários.	-Coordenação Técnica nas proposições.
Camila Nelsi Assistente Social; Coordenadora de Mobilização.		- Coordenação, planejamento e mobilização junto às instâncias consultivas; - Coordenador do Plano de Comunicação.	- Coordenação, planejamento e mobilização junto às instâncias consultivas; - Coordenador do Plano de Comunicação.
Equipe Técnica			
Jacqueline Menegassi Arquiteta Urbanista – Especialista em HIS e Desenvolvimento Sustentável.	Consolidação do PT e Preparação das ações de Capacitação	Assessoria da coordenação, e execução do levantamento de dados, análise e cenários.	Assessoria da coordenação e execução da etapa propositiva.
Karla Moroso Arquiteta Urbanista – Especialista em Direitos Humanos; Técnica de Elaboração Projetos.		Assessoria técnica na execução, levantamento e análise de dados e nos levantamentos e projetos das tipologias habitacionais.	Assessoria técnica nas proposições de tipologias habitacionais e elaboração de projetos arquitetônicos.

Continua...

...Continuação

Tayrone Pedroso Engenheiro Civil.	x	Assessoria técnica nas ações de levantamento das tipologias habitacionais e na elaboração dos projetos.	Assessoria nas propostas das tipologias habitacionais e na elaboração de projetos executivos.
Heloise Geógrafa Especialista em Geo.	Preparação do Banco de Dados	Assessoria Técnica; execução, mapeamentos e banco de dados.	Assessoria Técnica: execução dos mapeamentos, banco de dados e inserção no Geo.
Cristiano Muller Advogado.	x	Assessoria Técnica: análise das legislações e quadro de irregularidade.	Assessoria Técnica: fundamentos legais, propostas.
Consultores Especialistas *			
Engenheiro / tecnologias	x	x	Projetos executivos e projetos para a Produção.
Equipe de Apoio			
Estagiários, desenhistas, técnicos administrativos, auxiliares administrativos, agentes locais, entre outros.	Atividades de escritório e atividades locais.	Atividades de escritório, de mobilização, de desenho, de banco de dados, etc.	Atividades de escritório, de mobilização, de desenho, de preparação do banco de dados, etc.

* Obs.: caso seja avaliado necessário no decorrer do processo.

Elaboração: Latus Consultoria.

A Comissão de Gestão Contratual e a Comissão de Apoio Técnico instituídos no âmbito institucional são formadas pelos seguintes profissionais:

Comissão de Gestão Contratual:

- Eduardo Loureiro Calhau – Subsecretário de Saneamento e Habitação (Sedurb);
- Letícia Tabachi Silva – Arquiteta Urbanista, Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental (Sedurb);
- Ligia Damasceno de Lima – Eng. Ambiental, Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental (Sedurb);
- Milena Paraíso Donô – Arquiteta Urbanista, Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental (Sedurb);
- Bruna Mascarenhas Gava Pitanga – Arquiteta, Especialista em Desenvolvimento Urbano e Habitacional (Idurb).

Comissão de Apoio Técnico:

- Nadia Machado – Economista (SEPAM);
- Pablo Medeiros Jabor – Oceanógrafo, Especialista em Estudos e Pesquisas Governamentais (IJSN);
- Latussa Laranja Monteiro – Arquiteta Urbanista, Especialista em Estudos e Pesquisas Governamentais (IJSN);
- Leandro Feitoza – Coordenador Técnico Geobases (INCAPER);
- Virgínia Souza Montarde Flores – Assistente Social, Analista de Políticas Sociais (IDURB);
- Celia Kiefer – Coordenadora do Núcleo Social Rural (SEAG).
- Clésio Brandão – SEAG

Grupo de Acompanhamento (a confirmar):

- Dauri Correa da Silva – Conselheiro do Conselho das Cidades (FAMOPES);
- Sonia de Fatima Silva – Conselheira do Conselho das Cidades (UNMP);
- Ronaldo Correia de Almeida – Conselheiro do Conselho das Cidades (UNMP);
- Edilza Maria da Silva Felipini – Conselheira do Conselho das Cidades (UNMP);
- Elias Ferreira Nunes – Conselheiro do Conselho das Cidades (MNLML).

Participam também do Grupo de Acompanhamento os representantes do CGFEHAB que serão nomeados em próxima reunião pelo próprio Conselho.

2.2. Prazos e Custos

A elaboração do Plano Estadual de Habitação de Interesse Social do Estado do Espírito Santo estabelece o prazo total de 12 (doze) meses para sua conclusão, a contar da ordem de início dos trabalhos datada de 13 setembro de 2013. O período inclui as três etapas, e inicia com a consolidação do Plano de Trabalho (etapa 1), finalizando com a conclusão da terceira e última etapa do Plano – Estratégias de Ação. A Tabela constante no Anexo I do presente documento apresenta de forma detalhada os prazos necessários para o cumprimento de cada uma das etapas, bem como os custos demandados para cada uma delas.

2.3. Consolidação do Plano de Trabalho (Etapa 1) – PEHAB 2030

2.3.1. Princípios e Diretrizes que orientam a Elaboração do PEHAB 2030

Conforme referido, a elaboração do PEHAB deverá promover o debate sobre papéis e atribuições que Estado do Espírito Santo e os Municípios assumem na consolidação e implementação do Sistema de Habitação. A Lei nº 11.124 de 2005, que dispõe sobre o SNHIS na esfera federal, ao qual Estados e Municípios devem aderir, não somente, mas também, por meio da elaboração dos Planos Estaduais e dos Planos Locais de Habitação de Interesse Social, estabelece como princípios orientadores da elaboração destes instrumentos de planejamento das políticas habitacionais:

- O direito à moradia, enquanto um direito humano, individual e coletivo, previsto na Declaração Universal dos Direitos Humanos e na Constituição Federal Brasileira de 1988. O direito à moradia deve ter destaque na elaboração dos planos, programas e ações, colocando os direitos humanos mais próximos do centro das preocupações de nossas cidades;
- A moradia digna como direito e vetor de inclusão social, garantindo padrão mínimo de habitabilidade, infraestrutura, saneamento ambiental, mobilidade, transporte coletivo, equipamentos, serviços urbanos e sociais;
- A compatibilidade e integração das políticas federal, estadual e municipal, bem como das demais políticas setoriais de desenvolvimento urbano, ambientais e de inclusão social;
- A Função Social da Propriedade urbana buscando implementar instrumentos de reforma urbana a fim de possibilitar melhor ordenamento e maior controle do uso do solo, de forma a combater a retenção especulativa e garantir acesso à terra urbanizada;
- A questão habitacional como uma política de Estado, uma vez que o poder público é agente indispensável na regulação urbana e do mercado imobiliário, na provisão da moradia e na regularização de assentamentos precários, devendo ser, ainda, uma política pactuada com a sociedade e que extrapole um só governo;
- A gestão democrática com participação dos diferentes segmentos da sociedade possibilitando controle social e transparência nas decisões e procedimentos;
- A articulação das ações de habitação à política urbana, de modo integrado com as demais políticas sociais e ambientais.

A partir desses princípios e das diretrizes estabelecidas pelo Termo de Referência que acompanha o contrato, delineiam-se as diretrizes orientadoras do trabalho técnico de elaboração do PEHAB:

- A integração entre as distintas visões sobre a questão habitacional no Estado, sejam as visões técnicas dos mais variados campos, sejam as percepções dos agentes da sociedade;
- O debate sobre o papel que o Estado desempenha e/ou deve desempenhar no Sistema de Habitação de Interesse Social;
- O fortalecimento institucional, através de ações de capacitação e instrumentalização, com vistas a consolidar o Sistema de Habitação de Interesse Social do Espírito Santo;
- A adequação da política habitacional do Estado à política nacional;
- A articulação dos agentes institucionais, sociais e privados que atuam, direta ou indiretamente, na implementação de políticas habitacionais;

- O reconhecimento das especificidades regionais do Estado e das características tipológicas dos distintos municípios;
- A participação efetiva dos municípios na elaboração do Plano Estadual e como estratégia de capacitação e fortalecimento dos agentes locais para a implementação das políticas municipais e consequente redução do déficit;
- A homologação dos produtos do PEHAB, em instâncias ampliadas de participação, de forma a efetivá-lo enquanto instrumento de planejamento e gestão da política estadual de habitação.

2.3.2. Identificação do Contexto Institucional e da Base de Dados Existentes

A elaboração das Etapas que compõem o PEHAB do Estado do Espírito Santo contará com o apoio da SEDURB, através da coordenação geral, política e executiva do processo, bem como dos órgãos a ela vinculados, e demais órgãos e instituições governamentais que, direta ou indiretamente, atuam no desenvolvimento de políticas públicas e ações habitacionais no âmbito estadual. Para além das instâncias instituídas para a elaboração e acompanhamento do PEHAB, conforme apresentado no item anterior, são aqui identificadas preliminarmente, com base nas informações disponibilizadas na internet, as principais Secretarias de Estado, bem como Órgãos da Administração Indireta do Estado onde poderão ser buscadas informações na etapa do Diagnóstico Habitacional.

Quadro 05 – Secretarias e Órgãos da Administração e Temáticas de Interesse

Secretaria de Estado de Saneamento, Habitação, e Desenvolvimento Urbano – SEDURB	Informações, Programas e Planos em andamento (Mobilidade, Saneamento, Regularização Fundiária, Produção Habitacional, Melhorias e Urbanização); Resgate histórico da política habitacional e da produção realizada pelo Estado.
Instituto de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Estado do Espírito – IDURB-ES	
Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos – SEAHD	Indicadores de pobreza territorializados, projetos especiais/prioritários, avaliação de sistemas municipais, Cad-Único.
Secretaria de Estado Extraordinária de Ações Estratégicas – SEAE	Projetos prioritários do Governo com interface com o tema; Acesso ao banco de dados dos Planos Estratégicos 2025 e 2030, especialmente quanto aos cenários de crescimento projetados; Estudos e dados produzidos relacionados.
Secretaria de Estado de Desenvolvimento – SEDES	
Instituto Jones dos Santos Neves – IJSN	
Secretaria de Estado de Economia e Planejamento – SEP	Atas das Audiências do Orçamento por Região.
Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca – SEAG	Projetos prioritários para os próximos anos; Levantamentos de problemas habitacionais na zona rural
Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEAMA	Principais restrições ambientais, caracterização do território, conflitos com a habitação, áreas de reserva ocupadas por HIS, projetos prioritários para os próximos anos. Mapeamento de informações (SNUC, APP's, Reserva Legal) Informação dos Municípios habilitados a licenciarem, fluxos de licenciamento; bacias hidrográficas.
Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – IEMA	
Secretaria Extraordinária de Projetos Especiais e Articulação Metropolitana – SEPAM	Projetos prioritários do Governo com interface com o tema; estudos, programas, ações em desenvolvimento.
Secretaria de Estado de Saúde – SESA	Zonas com problemas endêmicos em consequência de problemas do ambiente.
Agência Reguladora de Saneamento Básico e Infraestrutura Viária do Espírito Santo – ARSI	Setores carentes, obras estruturadoras, principais eixos expansão.

Continua...

...Continuação

Agência Estadual de Serviços Públicos de Energia do Estado do Espírito Santo – ASPE	Zonas de maior carência (desenvolvimento) serviços/setores irregulares/ligações clandestinas.
Coordenação Estadual de Defesa Civil – CEDEC	Áreas de risco mais graves/eminentes. Investimentos ao ano para atendimento de situações de risco. Relação com os municípios. Fontes de financiamento das ações. Forma de priorização e distribuição dos recursos. Projetos prioritários para os próximos anos. Mapeamento.
Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do Espírito Santo – IDAF	Áreas de propriedade estadual; Relação do patrimônio subutilizado do Estado.
Gerência de Patrimônio - SEGER	
Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural – INCAPER/GEOBASES	Mapeamentos, banco de dados (reunião específica para o conhecimento do material e definição de estratégias de inserção das informações levantadas pela consultoria).
Companhia Espírito Santense de Saneamento – CESAN	Planos de saneamento, informações sobre consórcios públicos.

Fonte: acesso internet: www.es.go.br e reuniões equipes.

3. Plano de Trabalho – Detalhamento

3.1. Escopo do Projeto: Objetivos e Abrangência do PEHAB 2030

Atendendo às recomendações da Política Nacional de Habitação e do Sistema Nacional de Habitação, a elaboração do PEHAB 2030 deverá:

- Ser um processo indutor da elaboração dos Planos Municipais, articulando e capacitando os municípios que ainda não viabilizaram seus PLHIS;
- Estimular a participação das instâncias representativas dos municípios nos espaços de participação e controle social para o acompanhamento da elaboração do PEHAB;
- Considerar a relevância das regiões metropolitanas e aglomerados urbanos para o planejamento habitacional;
- Considerar as capacidades administrativas das diferentes tipologias de prefeituras e estabelecer estratégias para o apoio ao planejamento habitacional e urbano dos municípios;
- Oportunizar a constituição de um banco de dados para a política habitacional estadual integrado ao GEOBASES, a partir de estratégias de articulação com as prefeituras, incluindo os PLHIS já elaborados, e das informações relacionadas à temática consolidadas no processo ou obtidas a partir de dados já existentes;
- Induzir à adoção de estratégias conjuntas ou articuladas pelos municípios nas regiões de maior mobilidade populacional e/ou com fragilidade institucional de gestão;
- Articular atuações dos órgãos setoriais afins, como saúde, saneamento, infraestrutura, defesa civil, tecnologias construtivas, segundo especificidades regionais do investimento habitacional do Estado.

O TR que instrui sobre a elaboração do PEHAB determina um horizonte temporal de 18 anos, no lapso 2013 a 2030, e prevê quatro revisões, as quais deverão ocorrer nos anos seguintes à revisão do PLANHAB, ou seja: 2016, 2020, 2024 e 2028.

O PEHAB estabelece como foco principal o atendimento das famílias situadas na faixa de rendimento de até 3 salários mínimos. Entretanto, a PNH remete ao entendimento e caracterização do sistema habitacional como um todo, uma vez que estabelece a divisão do SNH em dois subsistemas – o de Habitação de Interesse Social e o de Habitação de Mercado. Com objetivos distintos e específicos, pressupõe o estabelecimento de ações para cada público, a partir de uma visão integrada e complementar da problemática habitacional e suas possíveis soluções. Assim, o Plano estadual do Espírito Santo deverá se estender também para a compreensão da dinâmica e principais entraves da produção habitacional popular realizada pelo mercado, ainda que não resultem proposições específicas do governo estadual nessa faixa.

No que se refere à abrangência territorial, o PEHAB abrangerá a totalidade do Estado do Espírito Santo incluindo as zonas urbanas e rurais, integrando e considerando as especificidades regionais. Para isso, deverá ser estruturado, reconhecendo os distintos contextos socioeconômicos, e os problemas e potencialidades em distintas agregações territoriais. O Estado é composto por 78 Municípios agrupados em 10 microrregiões de planejamento, definidas pela Lei nº 9768/2011, quais sejam: Metropolitana, Central Serrana, Sudoeste Serrana, Litoral Sul, Central Sul, Caparaó, Rio Doce, Centro Oeste, Noroeste, Nordeste.

Além de considerar as distintas realidades regionais, incorporando essas regiões como uma unidade territorial de organização das informações, o PEHAB 2030 levará também em consideração as diferenças intrarregionais. Extrapolam-se, portanto, os limites da leitura regional para um nível de detalhe que identifique particularidades dos Municípios. Desta forma, trabalhar-se-á com dois níveis de agregação das informações:

- Nível regional – considerando as 10 microrregiões de planejamento do Estado;
- Nível municipal – considerando o estudo desenvolvido no âmbito do PlanHab que tipifica os municípios brasileiros.

O Plano Nacional de Habitação identifica 11 tipos distintos de Municípios no Brasil. Desses, 6 tipologias caracterizam todos os Municípios do Estado do Espírito Santo. Essa tipificação é base

orientadora da distribuição das necessidades habitacionais atuais e futuras, segundo faixas de rendimento.

Entretanto, será ao longo da elaboração do trabalho que se definirá a base territorial mais adequada para a definição de estratégias de ação, parâmetros de investimentos, adequação dos produtos habitacionais, entre outros. Outras informações poderão se tornar relevantes, como, por exemplo, a identificação de situações particulares que extrapolam limites municipais, conformando situações regionalizadas espacialmente e/ou de Municípios que apresentam problemáticas semelhantes e que, na esfera da gestão estadual, poderão ser classificadas em uma mesma tipologia de programa ou de intervenção.

Do ponto de vista dos procedimentos metodológicos, entende-se que o PEHAB deva ser elaborado com o objetivo de constituir-se como um documento referencial e estratégico para um processo permanente de planejamento integrado e participativo do setor habitacional. Ademais, sua elaboração deve constituir-se fundamentalmente como processo de potencial formação e capacitação de agentes envolvidos com sua futura implementação. Para tanto, dever-se-á promover, na sua elaboração:

- Participação de distintos segmentos da sociedade civil organizada, respeitando a diversidade dos interesses envolvidos e os distintos segmentos sociais;
- Participação dos agentes econômicos envolvidos com a produção habitacional e com o desenvolvimento urbano;
- Envolvimento ativo dos gestores públicos na coordenação do processo e a participação na execução do PEHAB, através do aporte de informações, contribuições para as análises e debates e, em especial, na etapa propositiva onde se efetiva o Plano de Ação;
- Utilização de instrumentos de planejamento estratégico com vistas a integrar as distintas visões;
- A pactuação de uma postura de cooperação permanente entre os distintos agentes;
- Projeção de cenários futuros temporais atendendo ao TR e a partir do diagnóstico realizado e da simulação da viabilização das metas de curto, médio e longo prazo;
- Capacitação dos gestores municipais e representantes da sociedade, de forma a promover participação efetiva na construção do PEHAB e contribuir para qualificar a implementação dos PLHIS;
- A comunicação e socialização permanente de informações entre todos os participantes deste processo.

Por fim, no que se refere à abrangência do diagnóstico das necessidades habitacionais, o PEHAB deverá se valer das definidas pela Fundação João Pinheiro para quantificar o quadro das necessidades habitacionais, quais sejam: (i) o déficit habitacional, estratificado em duas categorias – por reposição e por incremento do estoque; (ii) e inadequação habitacional, que inclui os problemas na qualidade habitacional não relacionados ao dimensionamento do estoque de habitações, mas sim às suas especificidades internas. Esses conceitos foram apresentados no item 1.4, Quadro 2 em que também foram destacadas as alterações ocorridas na metodologia ao longo dos anos.

É importante registrar que não fazem parte do escopo do presente projeto levantamentos de campo sobre a realidade habitacional dos municípios. As informações serão obtidas a partir de dados secundários, de técnicas diversas de registro da percepção dos agentes envolvidos através da participação nas instâncias estabelecidas (seminários regionais, reuniões setoriais, seminários temáticos), e de entrevistas realizadas junto aos gestores municipais. Ademais, a empresa Latus Consultoria Ltda. desenvolveu recentemente uma metodologia específica de quantificação do déficit a partir dos microdados, publicados pelo censo 2010, com base nos conceitos da FJP, e inserindo algumas adaptações metodológicas para a sua consecução. A ferramenta inova na quantificação do déficit, uma vez que permite a atualização dos dados municipais, permitindo também que se realize um mesmo procedimento nas distintas escalas territoriais adotadas pelo PEHAB.

3.2. Estrutura Analítica do Projeto – EAP

Atendendo às orientações do Ministério das Cidades/Secretaria Nacional de Habitação, o PEHAB 2030 deverá ser desenvolvido em 3 etapas: este Plano de Trabalho; o Diagnóstico Habitacional; e as Estratégias de Ação.

A Etapa I corresponde ao detalhamento e consolidação do Plano de Trabalho ora apresentado e que deverá ser complementado. O Plano de Trabalho contempla todas as orientações e procedimentos para a elaboração do PEHAB 2030 nas etapas subsequentes.

Resulta como produto desta etapa o Plano de Trabalho aprovado pela Comissão de Fiscalização e Grupo de Acompanhamento. Insere-se, nesse, a estratégia de comunicação e participação da sociedade a ser desenvolvida nas etapas subsequentes.

A Etapa II contempla a elaboração do Diagnóstico do Setor Habitacional e representa o esforço de coleta e análise de informações disponíveis no que diz respeito a uma série de temas relacionados direta ou indiretamente à questão habitacional local. Essa etapa promove a visão ampla e integrada da situação atual do setor habitacional no Estado, bem como uma visão do futuro através da construção de cenários. O Diagnóstico Habitacional do Estado do Espírito Santo se estrutura em subetapas sucessivas, que contemplam; (i) atividades de capacitação; (ii) levantamento e sistematização de dados e informações; (iii) e construção de análises e cenários, e de projetos habitacionais.

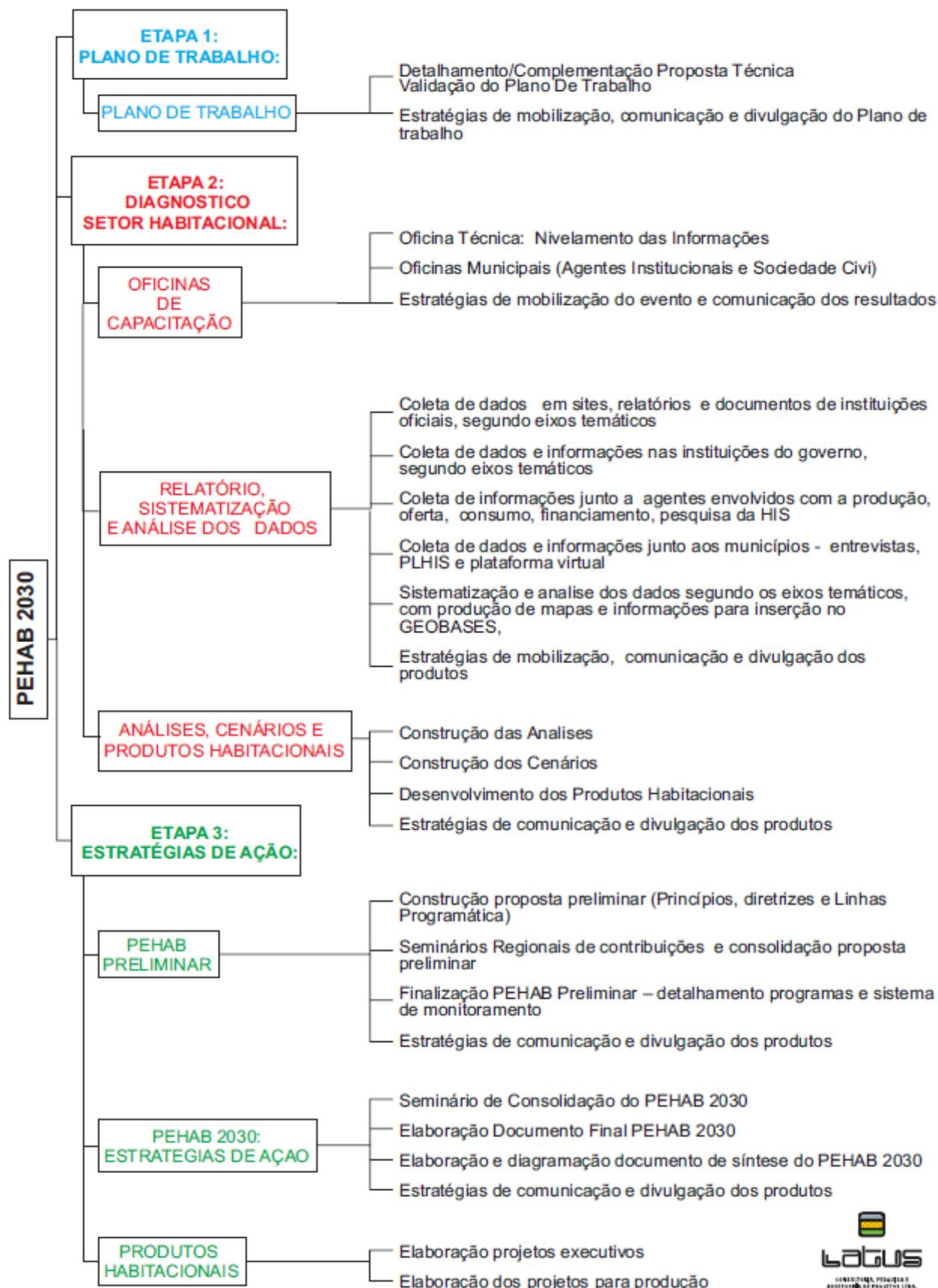
Resulta como produto o Diagnóstico do Setor Habitacional constituído pelos seguintes subprodutos: documento de sistematização e análise de dados, e arquivos do banco de dados e mapeamentos correspondentes; documento de análises e projeção de cenários; e as pré-propostas dos produtos habitacionais. Também fica documentado o registro do processo de capacitação dos municípios com a sistematização das avaliações realizadas pelos participantes.

A Etapa III corresponde à elaboração e consolidação do PEHAB, entendido esse pelo conjunto dos elementos consolidados e sintetizados nas etapas anteriores, e pelo plano de ação propriamente dito. A construção do PEHAB 2030 também se realiza através de etapas sucessivas que contemplam: (i) a elaboração do PEHAB Preliminar; (ii) a sua complementação através dos Seminários Regionais; (iii) sua complementação e consolidação através da realização de evento público; (iv) a entrega do documento final PEHAB 2030 também em evento público.

Resulta como produto e subproduto dessa etapa: o PEHAB preliminar, contendo as contribuições dos seminários, e levado para debate público; e o PEHAB 2030, documento final que incorpora as contribuições do seminário de consolidação. O produto final contendo a Metodologia de elaboração do plano, o Diagnóstico do setor habitacional, e as Estratégias de Ação (com princípios, diretrizes, objetivos, linhas programáticas, programas e ações, metas e indicadores, recursos e fontes de financiamento) é apresentado também em documento síntese diagramado para publicação. Consolida-se, ainda, nessa etapa, os Produtos Habitacionais na forma dos projetos executivos e para a produção.

A consecução dos produtos e subprodutos previstos para cada uma das etapas de construção do PEHAB é que orienta a estrutura analítica proposta para o presente trabalho, que aparece representada no esquema a seguir e descrita, na sequência, pelas atividades e subatividades que a estruturam. As atividades de mobilização para os eventos e comunicação dos produtos realizados ocorrem durante todo o processo conforme o definido nas Estratégias de Comunicação e Mobilização, que deverá integrar o Plano de Trabalho.

Figura 03 – Esquema da Estrutura Analítica do Projeto



Quadro 06 – Descrição das Atividades e Subatividades

ETAPAS	ATIVIDADES E SUBATIVIDADES	Descrição da Atividade
Validação do PT	<ol style="list-style-type: none"> 1. Detalhamento e complementação da proposta técnica e validação do PT; 2. Detalhamento da Estratégia de Comunicação e Mobilização da sociedade e Municípios. 	Se realiza através de reuniões sequenciais realizadas com a Comissão de Gestão Contratual, Comissão de Apoio Técnico e o Grupo de Acompanhamento, com a finalidade de complementar, debater e aprovar o PT.
DIAGNÓSTICO DO SETOR HABITACIONAL		
Capacitação de Equipes e Municípios	1. Oficina técnica - nivelamento das equipes de trabalho;	Inclui atividade presencial de realização da oficina, e atividades de preparação realizadas no escritório.
	2. Realização das oficinas de capacitação nos 4 Municípios indicados;	Inclui a realização de reunião preparatória, com comissão de fiscalização e grupo de acompanhamento. Formação de 2 equipes com 2 técnicos e/ou 1 moderador de grupo para a realização de oficinas simultâneas.
	3. Sistematização resultados e registro de processo.	Atividade realizada no escritório.
Levantamento e Sistematização de dados e Informações	1. Coleta de dados secundários em sites, relatórios e documentos de órgãos oficiais (IBGE, PNAD, FJP, IJSN-ES);	Atividade realizada no escritório, com coleta e sistematização segundo eixos de estruturação do diagnóstico.
	2. Coleta de dados e informações existentes nas instituições do governo, segundo eixos de estruturação do diagnóstico;	Atividade presencial de 3 dias de coleta de dados e informações nas Instituições e 3 reuniões setoriais (com agentes externos).
	3. Coleta de dados e informações junto a agentes envolvidos com a HIS;	
	4. Coleta de dados e informações junto aos Municípios;	A atividade inclui levantamento de dados primários junto aos principais agentes municipais através de entrevistas, nos 78 Municípios, com a utilização de questionário e coleta de informações/material existente nas prefeituras.
	5. Sistematização e análise dos dados segundo os eixos temáticos, com produção de mapas e inserção no GEO.	Atividade realizada no escritório e em contato com responsáveis pela inserção da informação no GEO. Inclui reuniões com técnicos da Geobase.
Construção das Análises e Cenários	1. Elaboração e debates das análises do diagnóstico habitacional;	Elaboração preliminar e debates com equipes através da realização de 2 reuniões.
	2. Elaboração e debates dos cenários;	Elaboração preliminar e debates com equipes através da realização de 2 reuniões.
	3. Elaboração e debates dos produtos habitacionais (tipologias e tecnologias).	Elaboração preliminar e debates com equipes através da realização de 2 reuniões.
PLANO ESTRATÉGICO		
Elaboração PEHAB – Preliminar	1. Elaboração de Proposta preliminar para debate com equipes;	Elaboração preliminar e realização de 2 reuniões sequenciais pra debate da pré-proposta e para organização dos seminários.
	2. Preparação dos Seminários Regionais;	
	3. Realização dos Seminários Regionais em 10 Municípios;	Realização de 10 oficinas de 8 hs (em 10 Municípios) com síntese Diagnóstico e avaliação da pré-proposta.
	4. Sistematização das contribuições e elaboração documento PEHAB-preliminar.	Realização de 2 reuniões sequenciais de complementação das propostas com equipes.
Consolidação do PEHAB-2030	1. Preparação e Realização do Seminário de Consolidação do PEHAB 2030;	Reuniões sequenciais: com equipes para organização do seminário e avaliação do material a ser apresentado; e de capacitação dos moderadores.
	2. Análise das contribuições, registro da atividade.	Atividade realizada no escritório.
Entrega Final do PEHAB-2030	1. Elaboração do Documento final;	Atividade realizada no escritório.
	2. Elaboração e diagramação documento de síntese;	
	3- Realização do Evento de Entrega do PEHAB 2030.	Inclui reunião preparatória da participação da empresa na organização do evento e de avaliação do material a ser apresentado.
Entrega dos Projetos Habitacionais	1. Elaboração dos Projetos Executivos;	Atividades de escritório.
	2. Elaboração dos Projetos de Produção.	

Elaboração: Latus Consultoria.

3.3. Etapas de Elaboração – Conteúdos e Procedimentos

3.3.1. Consolidação do Plano de Trabalho

O Plano de Trabalho aqui apresentado foi avaliado, revisto e complementado através de reuniões realizadas com a Comissão de Fiscalização, submetido ao debate junto ao Grupo de Acompanhamento e contém os seguintes elementos:

- Contextualização geral do Estado do Espírito Santo e da política estadual de habitação;
- Procedimentos e Princípios metodológicos para sua elaboração;
- Consolidação das estruturas de coordenação e organização dos trabalhos;
- Definição das competências de cada equipe a ser envolvida;
- Definição das estratégias para que sejam incluídos no PEHAB aspectos relacionados à diversidade regional e de interesses da sociedade;
- Detalhamento das etapas de trabalho, dos produtos a serem apresentados, e das dinâmicas a serem conduzidas;
- Identificação das principais fontes de informações a serem utilizadas;
- Identificação preliminar de estudos, levantamentos e pesquisas já realizadas sobre a questão da moradia no Espírito Santo, que possam servir de subsídio à elaboração do PEHAB;
- Proposta de estrutura do banco de dados e procedimentos de inclusão na interface geográfica *online* – GEOBASES – que será detalhada na etapa do Diagnóstico;
- Proposta de campanha informativa do PEHAB, a ser detalhada através de um Plano de Comunicação e Mobilização após aprovação deste Plano de Trabalho;
- Proposta didática, conteúdos e cronogramas das capacitações e seminários regionais;
- Consolidação do Cronograma de trabalho.

Quadro 07 – Dinâmicas adotadas para a consolidação do Plano de Trabalho

DINÂMICAS	OBJETIVOS
1. Oficinas de nivelamento de conteúdos específicos, e troca de informações	Complementação e detalhamento dos conteúdos apresentados na proposta técnica
2. Busca de dados na internet	Contextualização do estado e material disponibilizado (estudos referentes ao tema, aspectos institucionais).
3. Reuniões com equipes Internas de debate (Comissão de Fiscalização e Grupo de Acompanhamento)	Consolidação do Plano de Trabalho

Elaboração: Latus Consultoria.

3.3.2. Diagnóstico do Setor Habitacional

Esta etapa tem grande relevância na concepção de Plano de Habitação de Interesse Social estabelecida pela Secretaria Nacional de Habitação/Ministério das Cidades. A Resolução nº 9, de 20 de junho de 2007, do Conselho Gestor do FNHIS define as diretrizes de aplicação dos seus recursos. Tais diretrizes apontam para o quê os recursos reservados no Fundo podem ser utilizados. Dessa forma, tornam-se uma referência importante para a elaboração dos PEHAB 2030, pois são esses os documentos que irão orientar a aplicação dos recursos localmente. Por consequência, essas diretrizes devem ser adotadas como uma referência importante também para a elaboração de seu diagnóstico.

Quadro 08 – Diretrizes para o FNHIS

Melhorar as condições de habitabilidade de assentamentos humanos precários;
Ampliar o acesso à moradia digna da população de baixa renda nas áreas urbana e rural;
Fortalecer a capacidade técnica e institucional dos agentes públicos e privados nas áreas de planejamento, serviços urbanos, gestão territorial e política habitacional;
Aperfeiçoar e consolidar os instrumentos e mecanismos para a implementação da política habitacional.

Fonte: FNHIS.

Além dessa importante referência, destaca-se também o Plano Nacional de Habitação. Na medida em que o Sistema Nacional de Habitação prevê a integração entre os três níveis de governo, é importante que o PEHAB seja elaborado de forma articulada às definições nacionais. Conforme documento disponibilizado pelo Ministério das Cidades⁷, o Diagnóstico do contexto nacional atual está organizado em 7 eixos: (i) Cenários macroeconômicos; (ii) Fontes de financiamento e subsídios; (iii) Necessidades habitacionais; (iv) Quadro regional, urbano e fundiário e sua relação com a questão habitacional; (v) Produção formal e informal da moradia; (vi) Política habitacional e programas públicos de habitação; (vii) Evolução e quadro atual dos Arranjos Institucionais.

No âmbito estadual, são referenciais o Plano de Desenvolvimento “Espírito Santo 2025”, em especial as estratégias “Erradicação da Pobreza e Redução das Desigualdades” e “Desenvolvimento da Rede de Cidades”, e o Plano Estratégico 2011-2014, considerando os instrumentos locais do ciclo de gestão orçamentário-financeiro, tais como: Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentária (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA).

Para garantir o caráter transdisciplinar do diagnóstico do setor habitacional, contemplar-se-á um conjunto mínimo de temas que contribuem na compreensão da problemática habitacional do Estado, nas agregações territoriais estabelecidas. Os conteúdos propostos pelo Termo de Referência⁸ são reorganizados e agrupados nos eixos apresentados no quadro a seguir. Considera-se que a reorganização das pautas oferece uma visão complementar e articulada das principais temáticas e suas interrelações. Reforça-se que não são eixos estanques – mas organizam preliminarmente o levantamento e análise das informações.

Quadro 09 – Eixos que Estruturam a Sistematização e Análise dos Dados

	CONTEÚDOS MÍNIMOS:
Eixo1 Inserção Regional: Caracterização do Estado, Regiões e Municípios	Aspectos socioeconômicos e de desenvolvimento: perfil populacional; comunidades tradicionais e assentamentos; aspectos do crescimento populacional/movimentos migratórios; polos de desenvolvimento, polos educacionais e regiões reprimidas; projetos estratégicos de desenvolvimento; programas e ações de desenvolvimento socioeconômico em implementação.
Eixo 2 Território: Avaliação de especificidades territoriais regionais:	Aspectos ambientais; saneamento e Infraestrutura; acessibilidade e transporte; patrimônio histórico e cultural; conflitos fundiários; projetos estruturadores.

Continua...

⁷ Contextualização do Plano Nacional de Habitação: análise e sistematização do contexto habitacional atual, constrangimentos, potencialidades e cenários possíveis. Disponível em: <<http://www.cidades.gov.br/secretarias-nacionais/secretaria-de-habitacao/planhab/produtos/produtos>>.

⁸ Segundo o Termo de Referência, tais são os elementos mínimos a serem incluídos no diagnóstico do PEHAB: (i) inserção regional e caracterização do Estado, Regiões e Municípios; (ii) atores institucionais e capacidades de atuação; (iii) condições institucionais e administrativas; (iv) marcos legais e políticas de subsídios; (v) precariedade habitacional e assentamentos precários; (vi) necessidades habitacionais; (vii) produção habitacional e condições de acesso; (viii) programas habitacionais e fontes de financiamento; (ix) tecnologias sustentáveis para HIS.

...Continuação

<p style="text-align: center;">Eixo 3</p> <p>Quadro de necessidades habitacionais:</p>	<p>Quantificação e avaliação do quadro de déficit (reposição e incremento) e da inadequação da moradia (fundiária, da unidade habitacional e de infraestrutura); caracterização/existência de assentamentos informais e precários; inadequação e déficit na área rural; perfil social da demanda por HIS/populações de maior vulnerabilidade; demandas específicas (vinculadas a projetos estratégicos, áreas de risco, e comunidades tradicionais); projeção futura da demanda; entre outros.</p>
<p style="text-align: center;">Eixo 4</p> <p>Produção e oferta habitacional e de solo urbano:</p>	<p>Produção pública Federal, Estadual e Municipal, urbana e rural realizada (período 2002-12); recursos, programas/políticas e investimentos realizados e previstos; dinâmica e oferta; mercado estratificado por renda (produção privada de HIS – empreendedores e autoprodução); produção social; oferta de solo urbanizado (terras públicas: Estado, União, Municípios e estratégias de ordenamento/uso do solo, Zonas Especiais de Interesse Social – ZEIS); programas habitacionais e fontes de financiamento; agentes que atuam no setor e capacidade de atuação; tipologias e tecnologias sustentáveis de HIS.</p>
<p style="text-align: center;">Eixo 5</p> <p>Capacidades Institucionais:</p>	<p>Marcos regulatórios e legais/União e Estado; situação atual dos municípios em que realizam ou realizaram os PLHIS; existência e efetividade do Conselho e Fundo de HIS; avaliação das capacidades administrativas municipais quanto a: políticas urbanas e habitacionais, programas e projetos/gestão do solo/gestão participativa/arrecadação/estruturas e recursos humanos/licenciamento ambiental/aplicação de recursos orçamentários em HIS/captação de recursos/sistema de informações/consórcios municipais; e organização social: formas de organização e capacidade de atuação; demanda organizada por moradia – urbana e rural.</p>

Fonte: Latus Consultoria.

Para sua consecução, adotam-se distintas fontes de informações detalhadas no item a seguir. Cabe o registro de que a identificação e qualificação dos problemas habitacionais devem resultar na maior aproximação da realidade existente hoje no Estado do Espírito Santo, realizada a partir da coleta e leitura de dados e informações existentes nas instituições, nas prefeituras municipais e da sistematização e análise de dados oficiais/IBGE. Para que o Diagnóstico se constitua como uma base para a elaboração das propostas estratégicas, é suficiente que seja feita uma aproximação consistente da problemática estudada, alcançada com a coleta das informações obtidas das distintas fontes e sua análise comparativa e/ou complementar.

Para que se fortaleça a participação dos Municípios do Estado do Espírito Santo, a proposta apresentada pela empresa Latus Consultoria agrega para o processo de elaboração do PEHAB 2030 dois procedimentos distintos: (i) a participação através de atividades presenciais contempladas nas oficinas de capacitação, nos seminários regionais e nas entrevistas realizadas *in loco* com gestores municipais; e através do meio virtual, com a criação de um *hyperlink* de acesso direto às informações, e/ou a criação de um *blog* para o diálogo direto com o cidadão, ferramenta esta que também se torna um suporte para a divulgação do Plano.

Com base nos levantamentos e análises realizados, procede-se à elaboração das análises do quadro habitacional e a construção de cenários de desenvolvimento e atendimento das necessidades habitacionais. As análises deverão contemplar: a evolução do quadro de necessidades e da produção habitacional; as ações desenvolvidas no âmbito institucional; o crescimento da demanda e a disponibilidade de recursos; e a capacidade institucional do Estado e Municípios em relação a programas, ações e investimento em Habitação de Interesse Social. Os cenários estabelecidos consideram: a redução das taxas de desenvolvimento econômico (conjuntura internacional e nacional), dificultando o atendimento da demanda; a situação

tendencial considerados os desempenhos dos últimos 10 anos; e o cenário desejado de atendimento total das necessidades habitacionais no horizonte de 2030.

Quadro 10 – Dinâmicas a serem adotadas na Etapa de Construção do Diagnóstico

DINÂMICAS	OBJETIVOS
1. Oficinas de nivelamento de conteúdos específicos, e troca de informações	Capacitação dos agentes municipais
2. Busca de dados na internet	Levantamento, sistematização e análise dos dados segundo eixos temáticos
3. Visitas para a coleta de informações nas instituições de governo e outras instituições relevantes;	
4. Reuniões setoriais com agentes institucionais e da sociedade envolvidos com HIS	
5. Coleta das informações junto aos municípios em entrevistas com gestores municipais	
6. Reuniões/oficinas com equipes internas de debate (Comissão de Fiscalização e Grupo de Acompanhamento)	Construção e consolidação das análises e cenários; e dos Produtos Habitacionais

Elaboração: Latus Consultoria.

3.3.3. Estratégias de Ação

Esta etapa compreende a elaboração efetiva do PEHAB entendido como o documento técnico-gerencial que consolida o processo de planejamento das ações de governo para a gestão integrada de todo o sistema habitacional do Estado.

Trabalhar o PEHAB com uma perspectiva estratégica significa identificar os aspectos que, dentro da complexidade da problemática habitacional, são considerados cruciais. É preciso pensar-se a implementação das estratégias ao longo do tempo, para que este plano assuma o papel de um instrumento efetivo de planejamento habitacional, articulado ao planejamento territorial, ambiental e de saneamento. É necessário, portanto, que as metas propostas pelo PEHAB assumam um caráter temporal, ou seja, sua implementação deve ser escalonada, monitorada e periodicamente avaliada. O PEHAB 2030 conterá: princípios, diretrizes, objetivos, linhas programáticas, projetos estruturais e não estruturais, metas, estratégias de ação e o sistema de monitoramento e avaliação.

Os princípios e diretrizes que nortearão a elaboração do PEHAB 2030 serão construídos em consonância com a Política Nacional de Habitação e a partir das análises e cenários elaborados na etapa do Diagnóstico. Os objetivos serão estabelecidos em consonância com o Plano de Desenvolvimento – Espírito Santo 2025, e o Planejamento Estratégico 2011-2014. As linhas programáticas preliminares do PEHAB corresponderão às previstas no Plano Nacional de Habitação (PlanHab), com as devidas adequações em função da realidade apontada no diagnóstico do setor habitacional do Espírito Santo.

A etapa de elaboração das Estratégias de Ação do PEHAB 2030 se dará através de etapas sucessivas e pactuadas nos níveis interno e externo do debate do PEHAB, contemplando:

- Construção de proposta preliminar contendo a definição das metas físicas, objetivos, princípios, diretrizes e linhas programáticas, realizadas no âmbito internos de debates do PEHAB (Comissão de Fiscalização, Grupo de Acompanhamento e Consultoria);
- Consolidação do PEHAB Preliminar através da realização dos Seminários Regionais nas 10 microrregiões de Planejamento;
- A consolidação do PEHAB 2030 através da realização de debate público;
- A apresentação pública do documento final.

Para a construção da Proposta preliminar, propõe-se que sejam adotadas as seguintes referências do Plano Nacional de Habitação:

- Estratificação da sociedade em cinco Grupos Sociais conforme sua capacidade de acesso à moradia;

- Projeção das demandas habitacionais futuras de acordo com os parâmetros do Plano Nacional de Habitação e com os seus períodos definidos para o PEHAB;
- A tipificação dos Municípios do PlanHab para a caracterização dos problemas habitacionais, construção de cenários e distribuição de recursos.

As metas físicas deverão ser trabalhadas a partir de cenários. Os cenários auxiliam na avaliação das alternativas de atendimento das demandas atuais e futuras no que diz respeito à necessidade de investimento. Segundo o Plano Nacional de Habitação, as metas físicas:

devem abordar o conjunto das necessidades habitacionais, mas sem que isto signifique que o poder público seja o responsável único por prover as condições necessárias pela promoção de unidades prontas e acabadas, capazes de atender o universo de demandas por moradia existente na sociedade brasileira.⁹

Nesse sentido, faz parte também do escopo do PEHAB 2030 a definição das prioridades públicas e dos demais atores que serão envolvidos no atendimento das demandas atuais e futuras. Assim, a elaboração das Estratégias de Ação se realiza através de uma sequência de reuniões, que abordam, debatem e pactuam, minimamente, os seguintes conteúdos: (i) construção de uma visão de futuro a partir da avaliação dos cenários construídos na etapa anterior e da definição das metas físicas; (ii) definição de objetivos e diretrizes estratégicas; (iii) elaboração de proposições, projetos e ações; (iii) definição da estrutura de custos e financiamentos do PEHAB; (iv) e a definição dos indicadores e instrumentos de avaliação;

Quadro 11 – Dinâmicas adotadas na etapa de construção das estratégias de ação

DINÂMICAS	OBJETIVOS
1. Reuniões com Equipes Internas (Com. Fiscalização e Gr. Acompanhamento) p/ elaboração da Pré-proposta.	Construção da Pré-proposta contendo metas físicas, princípios, diretrizes estratégicas, objetivos e linhas programáticas.
2. Seminários Regionais (debate com os Municípios).	Construção do PEHAB Preliminar que incorpora à proposta anterior a contribuição dos Municípios, e o detalhamento dos programas, projetos e ações.
3. Reuniões com Equipes Internas (Com. Fiscalização e Gr. Acompanhamento) P/ complementação e detalhamento da proposta.	
4. Seminário Público.	Debates, contribuições da sociedade: consolidação do PEHAB 2030.
5. Evento Público Final.	Apresentação e entrega do documento final.

Elaboração: Latus Consultoria.

3.4. Metodologia Detalhada para Atividades de Levantamento, Tratamento e Análise de Dados

O Diagnóstico do setor habitacional deve abranger, minimamente, um conjunto de temas considerados suficientes para permitir uma leitura transdisciplinar e sistêmica da questão habitacional. Os temas elencados no item anterior intencionam não só a quantificação e qualificação das necessidades habitacionais das distintas escalas territoriais de análise, mas também identificar e compreender fatores e processos que geram o quadro diagnosticado e aqueles capazes de incidir para sua reversão.

Entretanto, uma das maiores dificuldades que se apresenta na elaboração dos diagnósticos dos planos de habitação de interesse social refere-se às precárias informações existentes sobre os problemas de moradia, especialmente para a quantificação e qualificação do quadro das necessidades habitacionais. Há de se reconhecer, nesse campo, os esforços realizados nacionalmente para parametrizar os problemas habitacionais, estabelecendo uma metodologia que seja, ao mesmo tempo, legítima e confiável. As informações produzidas no nível federal pela FJP, e por outras instituições para

⁹ Plano Nacional de Habitação, Produto 5.

alimentar o Plano Nacional de Habitação, são uma importante referência nesse sentido. Contudo, se essas informações ganham em termos de legitimidade e confiabilidade, também ficam fragilizadas por não traduzirem as peculiaridades de leituras locais e pela relativa desatualização¹⁰.

No âmbito da elaboração do PEHAB, convém, portanto, a adoção complementar de diferentes tipos de informação. Será utilizado, além de dados secundários obtidos em distintas fontes e instituições, um conjunto de dados obtidos diretamente junto a agentes institucionais e sociais diretamente envolvidos com a questão habitacional, e junto aos municípios, através de distintas estratégias de coleta, sistematização e análises.

O quadro seguinte sugere as principais fontes de informação para o diagnóstico do PEHAB-ES, apontando as estratégias de coleta de dados.

Quadro 12 – Informações para o Diagnóstico do PEHAB

	INFORMAÇÕES	ESTRATÉGIA DE COLETA
INFORMAÇÕES OFICIAIS	IBGE – CENSO 2000-2010; PNAD; SNIS; FJP; Relatórios do Governo Federal (CEF) sobre investimentos – PAC e MCMV; Dados do Tesouro Nacional, CAD-Único, entre outros.	Coleta em relatórios e na Internet.
INFORMAÇÕES DO GOVERNO ESTADUAL	Cadastrros setoriais, dados sobre investimentos realizados, informações sobre a política empreendida, relatórios temáticos, dados sobre projetos estratégicos, aspectos fundiários, ambientais, etc.	Reuniões com Grupo de Acompanhamento e visitas aos diversos departamentos do Governo Estadual: IDURB, IJSN, SEAG, SEADH, SEAMA, Geobases, entre outros.
INFORMAÇÕES DOS MUNICÍPIOS	Dados primários que caracterizem a capacidade institucional dos municípios e seus principais problemas habitacionais.	PLHIS realizados, Seminários Regionais e entrevistas com gestores municipais.
INFORMAÇÕES DA SOCIEDADE	Estudos pré-existentis, relatórios sobre a atuação de instituições não governamentais, trabalhos científicos e universitários, dados primários obtidos junto a distintos agentes que revelem conhecimento empírico, percepções e expectativas, etc.	Visitas a instituições que tenham contribuição relevante na temática. Reuniões c/representantes de segmentos da sociedade civil, especialistas locais, agentes da produção, demandantes, etc.

Elaboração: Latus Consultoria.

Contextualizados os eixos de estruturação do diagnóstico que orientam a coleta de dados e as distintas estratégias de coleta, apresenta-se o detalhamento das formas e estratégias de levantamento, tratamento e análise dos dados primários e secundários, e de caracterização e quantificação do quadro de necessidades habitacionais atual e futuro.

3.4.1. Dados Primários e Secundários

Por definição, os dados primários são aqueles coletados diretamente em fontes originárias, especialmente para o projeto¹¹ – neste caso, para o diagnóstico habitacional do Estado do Espírito Santo. A metodologia de coleta está baseada na aplicação de instrumentos de pesquisa (questionários e entrevistas); na troca de informações com agentes e especialistas; e na análise de trabalhos participativos realizados.

As entrevistas com os gestores municipais, as reuniões setoriais, e as técnicas de diagnóstico participativo utilizadas nos capacitações e seminários regionais são as principais ferramentas de coleta de dados primários do PEHAB.

Os dados diretos a serem coletados para o diagnóstico do setor habitacional do Espírito Santo abrangem 3 situações específicas:

¹⁰ As informações desagregadas por Município da FJP têm por base o Censo de 2000 e ainda não foram publicados os novos dados com base no censo de 2010. Para o nível estadual, a última publicação da FJP é do ano de 2008.

¹¹ <http://administracaoegestao.com.br/marketing-internacional/processo-de-pesquisa-de-marketing-definir-o-projeto>

- dados e informações municipais que permitem avaliar a capacidade institucional dos Municípios, especialmente no que se refere à existência de informações sobre o quadro de necessidades habitacionais, da gestão e implementação das políticas e/ou ações no setor urbano-habitacional, quadro orçamentário e de investimentos realizados, entre outros. As informações são obtidas através de pesquisa diretiva realizada através de entrevistas semiestruturadas com gestores;
- dados e informações que qualificam a produção, oferta e consumo da HIS, e as expectativas dos distintos agentes envolvidos com HIS. Esses dados são obtidos através das reuniões setoriais, entrevistas semiestruturadas com agentes destacados nesse procedimento;
- dados e informações que contribuam para a qualificação do quadro de demandas e de produção habitacional segundo especificidades regionais, obtidos nos seminários regionais.

Os dados secundários são dados e informações publicadas por institutos de pesquisa, oficiais ou não, ou outras fontes disponíveis. A metodologia de coleta tem por base a busca pela internet (pesquisa telematizada) e nas instituições (governamentais, não governamentais, de pesquisa, de ensino, etc.). As principais fontes de dados secundários foram apresentadas, no item anterior, segundo eixos de estruturação do diagnóstico.

Os dados primários e secundários coletados serão sistematizados, descritos, e avaliados, segundo agrupamentos e categorias previamente estabelecidas, e analisados através das abordagens estatísticas e de conteúdo, consideradas as distintas agregações territoriais adotadas, e segundo temáticas. Procurar-se-ão identificar dimensões, evolução, tendências, padrões, relações, entre outras análises.

Nesse contexto, destaca-se a atividade de capacitação dos municípios e das entrevistas buscando informações sobre os seguintes temas, entre outros:

- *Plano Diretor e o processo de gestão do solo urbano*: existência de Plano Diretor, utilização dos instrumentos da política urbana, existência de legislação e práticas de parcelamento do solo, etc.;
- *Sobre a adesão ao SNHIS*: existência da adesão ao SNHIS; existência e condições de funcionamento do Fundo e do Conselho Local de HIS; existência de PLHIS; etc.;
- *Sobre a gestão da política habitacional local e produção da moradia*: existência de departamento municipal destinado à gestão do tema habitacional; existência de equipe técnica para trabalhar o tema habitacional; existência e características de cadastro de demandas habitacionais; existência de cadastro de terras (vazios urbanos); tipos de ações habitacionais já empreendidas pelo município, etc.;
- *Sobre a irregularidade fundiária e assentamentos precários*: proporção de informalidade dos terrenos urbanos, proporção de domicílios em assentamentos precários urbanos, presença de loteamentos ou condomínios irregulares na zona rural; etc.;
- *Sobre a inadequação habitacional na zona rural*: proporção da necessidade de reformas nos domicílios rurais;
- *Sobre a presença de domicílios em áreas de risco*: proporção de domicílios localizados em beira de cursos d'água, em áreas de morro, embaixo de linhas de alta tensão e na beira de rodovias e/ou ferrovias ativas; ocorrência de eventos naturais frequentes;
- *Sobre o sistema de gestão de risco*: existência de plano de atuação em caso de desastres; existência de corpo técnico de defesa civil; existência de levantamentos ou inventário de áreas vulneráveis; etc.

3.4.2. Caracterização e Quantificação do Quadro de Necessidades Habitacionais:

Para o diagnóstico habitacional constituir base consistente para a elaboração das propostas estratégicas de enfrentamento do quadro de necessidades habitacionais, é necessária uma leitura com a maior aproximação possível da quantificação e qualificação dos problemas habitacionais.

Dentro da metodologia proposta, essa leitura é alcançada pela coleta de informações de distintas origens, e uma análise comparativa que qualifica e relaciona os dados obtidos em fontes oficiais e cadastros e/ou informações existentes (dados secundários), e dados primários locais, obtidos junto aos gestores municipais, ou outros agentes.

Entretanto, reconhece-se a necessidade de uma leitura orientada pelos parâmetros nacionais do PlanHab, que tem na metodologia e nos dados da FJP sua mais forte referência. A recente publicação dos dados por setores censitários do censo de 2010 possibilita uma estimativa atualizada do quadro de necessidades habitacionais, mantendo-se as categorias de déficit e inadequação consolidadas pela FJP, mediante algumas variações e/ou ponderações metodológicas.

A Latus Consultoria desenvolve uma sistemática de tratamento dos dados do IBGE que quantifica o quadro de déficit habitacional na escala municipal e, conseqüentemente, para as demais agregações territoriais estabelecidas. São quantificados os domicílios rústicos, improvisados, a coabitação (com recorte de renda), o adensamento excessivo em domicílios alugados (também com recorte de renda), e o ônus excessivo com aluguel.

Propõe-se ainda uma leitura comparativa e complementar através de cruzamento de dados e análises obtida a partir de outras fontes, tais como:

- dados obtidos junto aos cadastros e informações municipais (entrevistas e PLHIS já elaborados) referentes à identificação, qualificação e quantificação aproximada de assentamentos precários e informais; as localizações inadequadas (proteção ambiental e situações de risco); a identificação da inadequação das moradias rurais;
- análises comparativas com dados existentes e/ou fornecidos no âmbito estadual;
- projeção futura da demanda habitacional a partir de análises do crescimento demográfico, faixa de renda, e outras ponderações (contratação de assessoria específica); entre outros.

Os dados serão levantados, classificados e tabulados, segundo as categorias definidas, e mapeados sempre que possível.

3.5. Plano de Comunicação e Mobilização

De modo a fortalecer o PEHAB 2030 enquanto instrumento de planejamento e gestão da política estadual de habitação, um dos principais objetivos aqui propostos é a articulação dos agentes que atuam, direta ou indiretamente, na implementação das políticas habitacionais e aquelas a ela relacionadas, e a participação da sociedade. A participação tem, a cada etapa, uma finalidade com objetivos específicos a serem buscados:

- Na Etapa I, de consolidação do Plano de Trabalho, os objetivos a serem buscados são o de mobilizar os agentes envolvidos e promover a consolidação das estruturas e instâncias de participação; o nivelamento de informações (sobre o PLHIS, o PNH e o SNH); e estabelecer e pactuar os mecanismos de participação e de acesso à informação;
- Na Etapa II, do Diagnóstico, os objetivos são de despertar a percepção da população para os problemas urbanos e habitacionais; mobilizar e capacitar os Municípios; coletar e divulgar informações produzidas nesta etapa e construir uma leitura comum de problemas prioritários;
- Na Etapa III, nas Estratégias de Ação, o objetivo central é de pactuar as propostas e as prioridades de intervenção.

Parte-se da premissa de que não há processos efetivamente participativos sem o envolvimento e a interlocução com seus distintos atores e que esse envolvimento se dá pelo conhecimento, que engloba

os distintos saberes de uma sociedade. Esse conhecimento se constitui através da informação e da formação continuada dos seus agentes.

De forma sintética, podemos destacar o Plano de Comunicação como ferramenta estratégica para a mobilização, formação e informação dos agentes envolvidos na elaboração do PEHAB, garantindo a participação institucional, da sociedade, e dos municípios, e promovendo o gerenciamento e a distribuição da informação e dos conteúdos elaborados.

Assim, a estratégia de comunicação a ser adotada para a elaboração do PEHAB 2030 estrutura-se a partir da informação, captada, processada e divulgada, sob dois campos de abordagens: um interno – que visa à institucionalidade; e outro externo – visando ao diálogo com a sociedade.

O enfoque na institucionalidade se consolida na capacitação e no processamento das informações, e também a sua divulgação no âmbito da instituição pública governamental. O externo, por sua maior complexidade e abrangência, estrutura-se a partir de dois eixos interdependentes: a mobilização e a formação dos agentes envolvidos, onde se incluem também as esferas municipais.

A mobilização tem por objetivo promover o encontro e o envolvimento dos distintos setores da sociedade capixaba. A mobilização se dará a partir da adoção de distintas estratégias de divulgação e publicidade, sempre propostas com base em duas variáveis: ação/produto e público a ser envolvido. Serão utilizados os seguintes canais e instrumentos de comunicação para a mobilização e informação dos agentes e sociedade:

- Recursos impressos: *flyer*, *folder*, cartazes e publicação impressa com informações básicas sobre o processo de elaboração do PEHAB, com a divulgação dos canais de participação e principais conteúdos realizados. Poderão ser distribuídos através das escolas estaduais e de outros equipamentos públicos;
- *Site* do Governo Estadual do Espírito Santo: com divulgação dos calendários dos eventos públicos, bem como dos produtos intermediários do PEHAB-ES;
- Eventos: reuniões setoriais, seminários regionais, e de debates públicos;
- Imprensa: **jornais**, **rádio**, **televisão** para a divulgação de matérias sobre o processo de elaboração do PEHAB, entrevistas com agentes envolvidos, com especialistas no tema habitacional e divulgação dos convites para os eventos públicos.

A formação tem por objetivo instruir e capacitar agentes do poder público das distintas esferas governamentais, das esferas de gestão participativa e as lideranças locais. A capacitação dos agentes inclui: agentes institucionais das esferas municipais e estadual; agentes da sociedade civil organizada e movimento social.

Nesse contexto, estão previstas 4 estratégias específicas que visam viabilizar o envolvimento da sociedade no processo de elaboração do PEHAB, quais sejam:

- i. A confecção de material de divulgação oficializando o lançamento público do PEHAB 2030 nos *sites* oficiais do governo, e através de cartazes/*folders*/cartilha;
- ii. A realização das reuniões setoriais que dialogam com os distintos agentes da produção, oferta e consumo de HIS e demais setores relacionados, objetivando a coleta de informações e das expectativas em relação ao PEHAB;
- iii. O diálogo com a sociedade na escala municipal que se dá através das oficinas de capacitação e dos seminários regionais;
- iv. O debate público ampliado, que se viabiliza no seminário de consolidação final do PEHAB 2030.

Abaixo, segue o cronograma das principais atividades a serem realizadas com os Municípios e agentes externos, objeto de divulgação e mobilização

Quadro 13 – Cronograma de Atividades com Municípios e Agentes Externos

ATIVIDADE	DATA PREVISTA	AÇÕES PARA MOBILIZAÇÃO/RESPONSÁVEL
1. Capacitação dos Municípios	02 a 06 DEZ. 2013	- Identificação e convite aos participantes (SEDURB); - Definição do Local (SEDURB); - Preparação convite/flyer, material didático, organização/logística do evento (Latus).
- Colatina	02/12/2013	
- Nova Venécia	03/12/2013	
- Vitória	05/12/2013	
- Cachoeiro Itapemirim	06/12/2013	
2. Reuniões Setoriais	FEVEREIRO/2014 (A PROGRAMAR)	- Identificação dos agentes (Latus e SEDURB); - Convite (SEDURB).
- Agentes da Produção		
- Movimento Organizado		
- Setor Rural		
- Conselhos		
3. Entrevista nos municípios	INÍCIO: 10/12/2013	- Preparação do material de divulgação/informação aos gestores da atividade/previsão datas.
	TÉRMINO: 20/02/2014	
4. Seminários Municipais	INÍCIO: 21/04/2014	Identificação e convite aos participantes (SEDURB) - Definição do Local (SEDURB); - Preparação do convite/flyer, material didático, organização/logística do evento (Latus).
	TÉRMINO: 9/05/2014	
5. Seminário de Consolidação do PEHAB-2030	De 23 a 27 JUN/2014 (DEFINIR DATA)	Identificação e convite aos participantes (SEDURB) - Definição do Local (SEDURB); - Preparação do convite/flyer, material didático, organização/logística do evento (Latus).
6. Evento de Entrega PEHAB-2030	De 1 A 5 SET/2014 (DEFINIR DATA)	- Convites, organização do evento (SEDURB); - Material de divulgação e de apresentação (Latus).

3.6. Estrutura de Banco de Dados

A proposta de estrutura do banco de dados geográficos pertencente ao PEHIS do Espírito Santo e visa promover a organização, o uso e a disponibilização de informações referentes à questão habitacional do Estado do Espírito Santo tanto para os técnicos envolvidos como para o público em geral. Essa disponibilização dar-se-á por meio de interface *online* e integrada ao sistema, já em uso, de bases geoespaciais do Estado do Espírito Santo (GEOBASES).

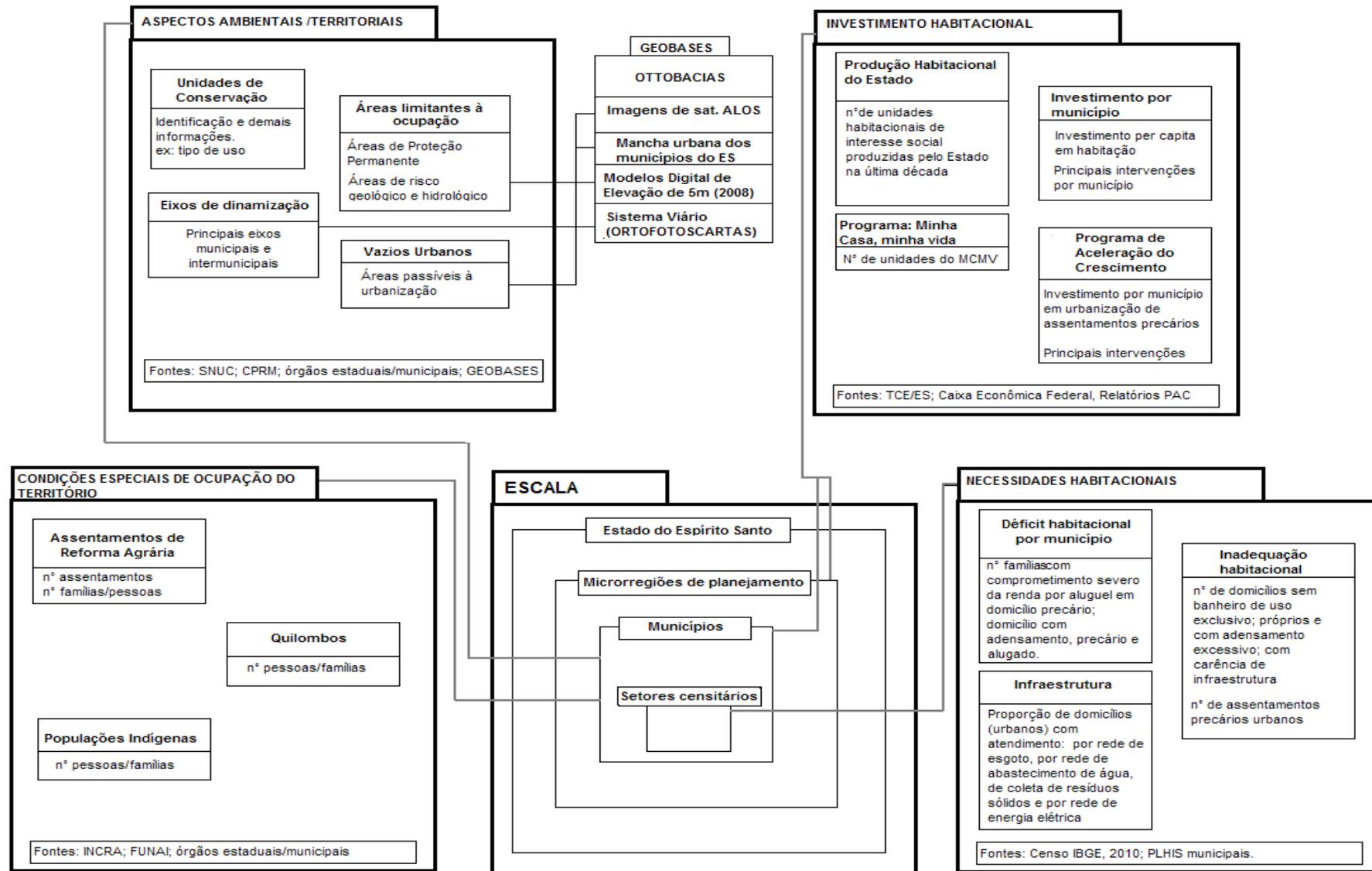
Dados de distintas fontes serão utilizados para fornecer o suporte analítico sobre a questão habitacional, destacando-se: Censo Demográfico IBGE (2010), os PLHIS dos Municípios, dados ambientais fornecidos pelos órgãos estadual/municipal, as camadas de informações (*layers*) sobre manchas urbanas, solo, relevo, hidrografia disponibilizadas pelo próprio GEOBASES, dentre outras fontes.

São basicamente quatro temáticas abordadas sobre a questão habitacional. Cada uma delas com diversas camadas de informações:

- i Aspectos Ambientais/Territoriais: São dados sobre o meio natural, assim como a estruturação espacial do espaço urbano. Dividem-se em: Unidades de Conservação, Áreas Limitantes à Ocupação, Eixos de Dinamização e Vazios Urbanos;
- ii Condições Especiais de Ocupação do Território: São tipos de ocupação com características originárias específicas. São elas: Assentamento de Reforma Agrária, Quilombolas e Indígenas;
- iii Necessidades Habitacionais: Abordam os déficits habitacionais relacionados tanto ao tipo de moradia quanto à infraestrutura da mesma e do entorno da comunidade. Seriam: déficit habitacional, inadequação habitacional, e infraestrutura;
- iv Investimento Habitacional: Seriam os tipos e volume de investimentos na área da habitação pelas esferas municipal e estadual, assim como privada. São: Produção Habitacional do Estado, Investimento em habitação por parte dos Municípios, os investimentos originários de programas específicos, como o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e o Programa Minha Casa, Minha Vida (MCMV).

Os dados serão compostos por um componente espacial, em que se atribui uma localização geográfica ao fenômeno, como pontos no caso de domicílios, linhas no caso dos sistemas viários e polígonos no caso de limites municipais e regionais. Tais dados também poderão possuir características qualitativas e quantitativas, as quais serão descritas na forma textual e/ou numérica em uma tabela associada ao banco de dados geográfico. Esse componente, denominado atributo, poderá descrever características não espaciais sobre a questão habitacional. O número de domicílios em determinado Município com condições precárias de moradias e orçamento destinado a cada Município na área de habitação são exemplos de atributos descritivos.

A seguir, é apresentada a modelagem do proposto banco de dados, sendo essa modelagem um processo de abstração em que somente os elementos essenciais da realidade observada são enfatizados, descartando-se os elementos não essenciais. O processo de modelagem conceitual do banco de dados compreende a descrição dos possíveis conteúdos dos dados, além de estruturas e de regras a eles aplicáveis. Tais elementos serão detalhados e executados na etapa do Diagnóstico Habitacional.



3.7. Proposta Didática e Conteúdos das Capacitações e Seminários

3.7.1. Atividades de Capacitação

A elaboração do PEHAB prevê a realização de atividades de capacitação de técnicos e representantes da sociedade, abrangendo os 78 Municípios do Estado, através da realização de oficinas em sede de 4 Municípios apontados no Termo de Referência, quais sejam: Nova Venécia, Colatina, Vitória e Cachoeiro do Itapemirim. O objetivo é de “mobilizar e qualificar a sociedade civil organizada e os técnicos municipais envolvidos com a elaboração dos produtos para que os mesmos sejam capazes de discutir a problemática habitacional e participar na construção democrática do PEHAB”. Serão realizadas simultaneamente duas oficinas em cada Município, uma direcionada a técnicos e gestores, e outra direcionada a representantes da sociedade. Propõe-se uma atividade anterior com equipes institucionais. O quadro a seguir apresenta síntese dos conteúdos e instrumentos a serem utilizados nas atividades de capacitação.

Quadro 14 – Conteúdos e Metodologia das Oficinas de Capacitação

1. OFICINA COM EQUIPES ENVOLVIDAS COM A ELABORAÇÃO DO PEHAB 2030
OBJETIVO: Uniformização de conceitos; nivelamento de conteúdos metodológicos e de informações existentes.
CONTEÚDOS: SNHIS/Papel do Estado; Orientações da PNHIS; Fundamentos Metodológicos PlanHab; Metodologia apresentada p/ a empresa para elaboração do PEHAB 2030.
TÉCNICAS UTILIZADAS: Utilização de recursos visuais (<i>PowerPoint</i>) p/ subsidiar os debates; realização de <i>brainstorming</i> (informações preliminares/percepções agentes).
2. OFICINAS DE CAPACITAÇÃO DOS MUNICÍPIOS – GESTORES
OBJETIVO: Consolidar e uniformizar conhecimento sobre a temática e metodologia de elaboração do PEHAB para promover participação efetiva dos gestores municipais. Avaliação das condições institucionais para levantamento de informações (instrumentos propostos).
CONTEÚDOS: Política habitacional e urbana – acesso à moradia e à terra urbanizada (ênfase no Estatuto da Cidade e SNHIS); outras interpelações da política habitacional com políticas setoriais, com planos estaduais (Plano de Desenvolvimento – Espírito Santo 2025); visão regional das necessidades habitacionais e potencialidades de resolução na lógica da Rede de Cidades; conceitos de necessidades habitacionais (em conformidade com a utilizada pela FJP); metodologia de construção do PEHAB 2030. Importância e instrumentos da participação dos municípios na etapa de diagnóstico (questionário/entrevistas); metodologia de participação na etapa propositiva (seminários regionais). Propõem-se, complementarmente para a oficina dos gestores, os seguintes conteúdos: conceitos para a avaliação do quadro de necessidades habitacionais e critérios para a avaliação das condições institucionais.
TÉCNICAS UTILIZADAS: Apresentação dos conteúdos informativos em <i>PowerPoint</i> ; trabalhos de grupo, realização de <i>brainstorming</i> (obtenção de informações e percepções dos presentes); aplicação de instrumento de avaliação da atividade, e das condições de participação dos Municípios no processo.
3. OFICINAS DE CAPACITAÇÃO DOS MUNICÍPIOS – AGENTES DA SOCIEDADE
OBJETIVO: Consolidar e uniformizar conhecimento sobre a temática e metodologia de elaboração do PEHAB para promover participação efetiva dos agentes sociais municipais; realizar diagnósticos regionais preliminares.
CONTEÚDOS: Política habitacional e urbana – acesso à moradia e à terra urbanizada (ênfase no Estatuto da Cidade e SNHIS); outras interpelações da política habitacional com políticas setoriais, com planos estaduais (Plano de Desenvolvimento – Espírito Santo 2025); visão regional das necessidades habitacionais e potencialidades de resolução na lógica da Rede de Cidades; conceitos de necessidades habitacionais (em conformidade com a utilizada pela FJP); metodologia de construção do PEHAB 2030. Importância e instrumentos da participação dos municípios na etapa de diagnóstico (conteúdos do Site/Estado); metodologia de participação na etapa propositiva (seminários regionais).
TÉCNICAS UTILIZADAS: Apresentação dos conteúdos informativos em <i>PowerPoint</i> ; dinâmicas de grupo para consolidação dos principais conteúdos (jogos ou cases) e técnicas de coleta de informações (DRUP); Instrumento de avaliação da atividade, e das condições de participação dos municípios no processo.

Elaboração: Latus Consultoria.

Em reunião realizada, a Comissão de Gestão Contratual avalia e propõe a realização da atividade unificada de capacitação dos agentes institucionais e sociais, tendo por base a dificuldade de participação ocorrida em atividade similar.

3.7.2. Seminários Regionais e de Consolidação do PEHAB 2030

Os seminários são as instâncias de ampliação da participação da sociedade e do âmbito municipal no processo de elaboração do PEHAB 2030. São destinados à participação da comunidade em geral, e têm por objetivos incorporar aos conteúdos debatidos e propostos a percepção dos distintos agentes, assim como pactuar propostas. São duas instâncias propostas: a de participação dos Municípios, enquanto agentes fundamentais na leitura da problemática regionalizada que reconhecem especificidades, e na construção das estratégias específicas para uma política estadual mais efetiva; e a de participação dos distintos agentes da sociedade civil, produtores, pesquisadores e que demandam HIS, que se realiza centralmente, na capital do Estado. O quadro seguinte apresenta conteúdos e instrumentos adotados para a participação.

Quadro 15 – Conteúdos e Metodologia dos Seminários de Participação dos Municípios e Sociedade no PEHAB 2030

1. SEMINÁRIOS REGIONAIS – PARTICIPAÇÃO DOS AGENTES MUNICIPAIS-INSTITUCIONAIS E SOCIEDADE CIVIL
OBJETIVOS: Consolidar diagnósticos regionais e estabelecer pautas específicas e prioritárias da região. Fortalecer o Sistema Estadual de HIS do Espírito Santo estimulando os municípios a elaborarem estratégias locais e seus PLHIS.
CONTEÚDOS: Apresentação, debates e complementação dos diagnósticos regionais; apresentação e debates sobre as propostas preliminares – estratégias, linhas programáticas e de financiamento, prioridades regionais, entre outros.
TEÉCNICAS UTILIZADAS: Apresentação dos conteúdos informativos em <i>PowerPoint</i> ; debates em plenária sobre informações apresentadas; e dinâmicas de grupo para coleta de contribuições regionais a partir de material elaborado preliminarmente.
2. SEMINÁRIO DE CONSOLIDAÇÃO DO PEHAB – PARTICIPAÇÃO GERAL DA SOCIEDADE E AGENTES ENVOLVIDOS COM HIS
OBJETIVO: Consolidar o diagnóstico do setor habitacional do estado e as linhas e prioridades estratégicas que orientarão a política habitacional estadual, pactuação das estratégias, programas, ações, e prioridades que compõem o PEHAB do Espírito Santo.
CONTEÚDOS: Apresentação da síntese do diagnóstico – principais questões a serem enfrentadas, e do Plano de Ação construído pelo Estado do Espírito Santo contendo estratégias, objetivos e linhas programáticas definidas (programas, projetos, ações), prioridades, necessidade de investimentos, linhas de financiamento e potencialidades de investimentos públicos, privados e sociais para enfrentamento do quadro atual e futuro das demandas habitacionais.
TEÉCNICAS UTILIZADAS: Apresentação dos conteúdos informativos em <i>PowerPoint</i> em plenária; e organização de grupos temáticos para aprofundamento dos debates e coleta de contribuições a partir de material elaborado preliminarmente.

Elaboração: Latus Consultoria.

Na sequência, apresenta-se, na forma de anexo, o cronograma das atividades e seus complementos, assim como o registro do processo realizado para a consolidação do Plano de Trabalho.

ANEXO 1 – CRONOGRAMAS¹²

1.1. Cronograma Físico das Atividades e Subatividades

1.2. Rede de Dependências

1.3. Memória de Cálculo

1.4. Quadro de Permanência Equipe Técnica

1.5. Cronograma Físico-financeiro

¹² Os arquivos referentes a este anexo constam no CD-ROM que acompanha o produto.

ANEXO 2 – REGISTRO DO PROCESSO DE CONSOLIDAÇÃO DO PLANO DE TRABALHO

**2.1. Reunião de apresentação do Plano de Trabalho e ajustes
Comissão de Gestão Contratual e Comissão de Apoio Técnico**

**2.2. Reunião de Validação do Plano de Trabalho
e Nivelamento/Capacitação das Equipes**



2.1. Reunião de apresentação do Plano de Trabalho e ajustes – Comissão de Gestão Contratual e Comissão de Apoio Técnico

MEMÓRIA DE REUNIÃO

Data: 08/05/2013

Hora: 10h

Local: Auditório do Instituto Jones dos Santos Neves

Assunto: Reunião de apresentação de metodologia de trabalho

Pauta:

1. Apresentação da empresa e profissionais;
2. Apresentação dos membros do governo do Estado;
3. Apresentação da metodologia e esclarecimentos de dúvidas;
4. Consolidação do cronograma.

Discussões

1. O subsecretário Eduardo Calhau iniciou a reunião solicitando a apresentação da empresa e profissionais.
2. Foram apresentados os três sócios-diretores: Gevaci Perroni – economista, Cláudia – arquiteta e Jaqueline – arquiteta e em seguida todos os demais presentes.
3. Calhau falou dos objetivos e expectativas do Governo do Estado em relação ao PEHAB e reforçou que o foco será nas famílias em risco social e risco físico (geológico ou de inundação e que habitam áreas sob linhas de alta tensão).
4. Em seguida, Letícia lembrou a todos a pauta da reunião e informou à empresa que as questões metodológicas relativas às bases cartográficas e SIG, dada a especificidade, irão ser discutidas em momento posterior, em reunião a ser marcada com a equipe do Geobases e o responsável por essa temática no âmbito da empresa.
5. Assim, a arquiteta Cláudia deu início à apresentação, com base no conteúdo estabelecido no próprio Termo de Referência.
6. Perroni lembrou a necessidade de comunicar ao Ministério das Cidades e à Associação de Cohabs – ABC o início da elaboração do Plano pelo Estado.
7. A diretora do IDURB, Helena Zorzal, mencionou que não é necessário comunicar à ABC, visto que o Estado não é conveniado a tal instituição.
8. Retomou-se à apresentação e a empresa questionou aos presentes se o Estado estava “confortável” com os dados de déficit habitacional disponíveis no IBGE.
9. Latusa respondeu que esses são os dados disponíveis para municípios, logo, são os mais utilizados. Mencionou que IJSN, com base nesses dados, calcula o déficit municipal e com base nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD consegue calcular o Déficit Estadual aplicando a metodologia da Fundação João Pinheiro, utilizada pelo Ministério das Cidades e que esses dados, inclusive, já estão disponíveis, enquanto o Midades ainda não divulgou o déficit de 2009. Falou também que o IJSN desenvolveu outra metodologia utilizando os dados do CadÚnico.



10. Passou-se à discussão da estrutura executiva proposta pelo próprio TR. A empresa propôs a inclusão de membros do Conselho Gestor do Fundo Estadual de Habitação na instância de Coordenação Geral, entretanto, a equipe presente considerou desnecessário, visto que eles já compõem o Grupo de Acompanhamento.
11. A Comissão de Fiscalização será formada por servidores da SEDURB e do IDURB e será apoiada por uma Comissão de Apoio Técnico, composta por servidores dos órgãos parceiros como IJSN, IEMA, INCAPER/Geobases, SEADH, IEMA, Defesa Civil, IDAF, SEDES entre outros.
12. O Grupo de Acompanhamento será formado pelos Conselhos (Concidades e CGFEHAB).
13. No que tange à metodologia para o desenvolvimento dos trabalhos, a CONTRATADA propôs uma alternativa de agrupamento dos municípios por similitudes, de forma complementar à divisão regional baseada nas microrregiões administrativas do ES conforme estabelecido no TR. Todos os presentes concordaram com a proposta desde que a divisão regional oficial não seja desconsiderada, mas apenas complementada.
14. Em relação à forma de coleta das informações a LATUS propôs a utilização de uma plataforma virtual em complementação à visita aos municípios. O conceito dessa plataforma baseia-se na alimentação de um banco de dados pelo município para o fornecimento das informações. A vantagem desse modelo é que mesmo após o final do trabalho a plataforma poderá ser mantida e se continuamente alimentada.
15. A CONTRATADA colocou em discussão alguns desafios identificados pela empresa para o cumprimento do conteúdo estabelecido no TR:
 - Questionou como serão identificados os assentamentos precários nos municípios. Nesse sentido, Latussa apontou a necessidade de se definir claramente o conceito de assentamento precário/subnormal a ser adotado. A empresa colocou que esse levantamento, assim como a identificação das áreas urbanizadas vazias adequadas para HIS, depende de uma grande interação com os municípios, uma vez que não será possível obter essa informação apenas pelas bases cartográficas. Foi sugerido que esse tema seja abordado na capacitação.
 - Questionou também qual o critério a ser utilizado para a identificação das áreas urbanizadas vazias adequadas para HIS nos municípios de Cariacica, Fundão, Guarapari, Serra, Viana, Vila Velha, Vitória, Cachoeiro de Itapemirim, Colatina, Linhares, São Mateus, Anchieta, Nova Venécia e Aracruz, por se tratar de assunto bastante polêmico. Calhau sugeriu que a indicação de áreas por município fosse feita de forma global, sem identificação pontual de cada área disponível. Entretanto, grande parte dos técnicos presentes discordou. Apesar de entenderem que a divulgação dessa informação possa gerar desconforto e até mesmo em alguns casos provocar o efeito contrário ao pretendido, o conhecimento das áreas é de suma importância para a formatação de uma política habitacional com aproveitamento dos vazios urbanos. Além disso, é uma oportunidade de incentivar os municípios a aplicarem os instrumentos do Estatuto da Cidade relativos à função social da propriedade. Nesse sentido, o Sr. Forza, representante do IDURB, deu um depoimento interessante: falou que, do seu ponto de vista como ex-gestor público, a indicação dessas áreas pelo PEHAB irá auxiliar os municípios no combate à especulação imobiliária, sendo um instrumento almejado por muitos gestores, pois tira da esfera pessoal e política essa discussão.
 - Outra questão levantada pela empresa foi o local onde serão implantados os projetos executivos objeto do contrato. Calhau falou que ainda não haviam sido definidos os locais, pois os mesmos foram entendidos como projetos padrão. Depois de longa discussão sobre a aplicabilidade desse tipo de



solução padronizada em realidades de terrenos diferentes, chegou-se a um consenso que o objetivo principal da execução desses projetos é identificar tecnologias e métodos construtivos inovadores, em contraponto aos modelos tradicionais.

- O último questionamento colocado pela CONTRATADA foi como serão levantadas e/ou estimadas a produção de moradias autoconstruídas estratificada por renda, visto não ser um dado disponível em bases oficiais. Latusa ponderou que realmente se trata de uma informação de difícil obtenção, entretanto, o IJSN tem a intenção de obter esse dado a partir da exclusão das áreas de atuação do mercado expressas no Censo Imobiliário do Siduscon, ou seja, identifica onde se dá a produção formal, sobrepõe-se às fotos aéreas e o restante é considerado autoconstrução. Ela entende que é uma metodologia frágil e que não permite a estratificação por renda. Além disso o Censo Siduscon abrange apenas os municípios onde atuam as empresas de construção civil.

16. Concluídas as discussões metodológicas sobre o diagnóstico, a empresa apresentou proposta para uma espécie de plano de comunicação. Como não foi possível contar com a presença de nenhum assessor de comunicação da SEDURB, foi sugerida a realização de uma reunião em momento posterior, com a presença da assessoria de comunicação da Secretaria para tratar especificamente sobre esse tema. De antemão, a Letícia ficou responsável por verificar algumas questões, como a produção de uma logo para o PEHAB e possibilidade de criação de um blog ou outro meio semelhante.
17. Pelo adiantado da hora, uma discussão preliminar do cronograma ficou para ocorrer no dia seguinte, 09/05/13, com a presença da CONTRATADA e membros da SEDURB, devendo as definições tomadas serem informadas aos demais presentes.

Encaminhamentos

1. Caberá à Contratada:
 - a. Reformular o Plano de Trabalho e o cronograma para incluir as questões metodológicas discutidas.
 - b. Repassar para a SEDURB o check-list com as principais questões que ficaram pendentes no Plano de Trabalho e que dependem de definição para sua reformulação.
2. Caberá à SEDURB:
 - a. Agendar reunião com a equipe do Geobases e assessoria de comunicação da Sedurb;
 - b. Formalizar a constituição da Comissão de Fiscalização e de Apoio Técnico;
 - c. Informar o MCidades sobre a elaboração do PEHAB;
 - d. Organizar material com informações do Estado para repassar a CONTRATADA.

LISTAS DE PRESENÇA

Referência: Plano Estadual de Habitação de Interesse Social - PEHIS

Assunto: Reunião de partida com a empresa e órgãos estaduais envolvidos

Data: 08 de maio de 2013

Horário: 10h

Nº	NOME	ENTIDADE/ÓRGÃO/SETOR	E-MAIL	TELEFONE
1.	ANA CAROLINA S. MACHADO	SEDURB - SUBSH	ana.machado@maeur.es.gov.br	3636 5045
2.	Lígia Damasceno de Lima	SEDURB - SUBSH	ligia.lima@sedurb.es.gov.br	3636 - 5029
3.	Mariani Mendes Muande	SEDURB - SUBSH	mariani.muande@sedurb.es.gov.br	3636 5045
4.	Leticia Tavares Lima	SEDURB - SUBSH	leticia.lima@sedurb.es.gov.br	3636 - 5095
5.	JACQUELINE KENEGROSSI	LATUS	jacqueline@latus.com.br	(51)8416.6074
6.	BEVACI PERAZONI	LATUS	BEVACI.PERAZONI@LATUS.COM.BR	5184166261
7.	Claudio Demerio	LATUS	Claudio.demerio@latus.com.br	5184166347
8.	Raquel Lessa	IDURB	Raquel.lesse@idurb.es.gov.br	93040492
9.	Hayanne Raminho de Jesus	IDURB	hayanne.raminho@idurb.es.gov.br	9 833 - 5403
10.	Virgínia S. Montardo Flores	IDURB - GEDES	virginia.montardo@idurb.es.gov.br	32330170
11.	Françesico Dioman Ferza	IDURB	françesico.ferza@idurb.es.gov.br	32330005
12.	LATUSSA - LARANJA MONTEIRO	IJSN	latussa.laranja@ijsn.es.gov.br	36368079
13.	Helena Zorzal Nodora	IDURB - DIRAF	Helena.zorzal@idurb.es.gov.br	32330468

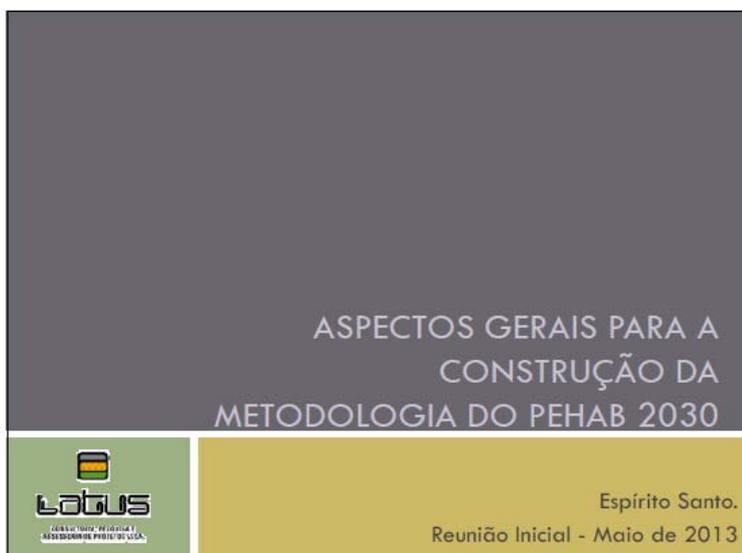
Referência: Plano Estadual de Habitação de Interesse Social - PEHIS

Assunto: Reunião de partida com a empresa e órgãos estaduais envolvidos

Data: 08 de maio de 2013

Horário: 10h

Nº	NOME	ENTIDADE/ÓRGÃO/SETOR	E-MAIL	TELEFONE
14.	Conceição Reine Pacheco	IDURB-ES	conceicao@idurb.es.gov.br	3233 0257 3845 1344
15.	LUÍZA LEONARDI BRICALHI	IJSN - ES	LUÍZA.BRICALHI@IJSN.ES.GOV.BR	
16.	Pablo Jhon	IJSN - ES	pablo.jhon@ijsn.es.gov.br	36368088
17.				
18.				
19.				
20.				
21.				
22.				
23.				
24.				
25.				
26.				



POR QUE FAZER O PEHAB 2030?

Os recursos do FNHIS serão aplicados de forma descentralizada, por intermédio dos Estados, Distrito Federal e Municípios, que deverão:

- I – **CONSTITUIR FUNDO**, com dotação orçamentária própria, destinado a implementar Política de Habitação de Interesse Social e receber os recursos do FNHIS;
- II – **CONSTITUIR CONSELHO** que contemple a participação de entidades públicas e privadas, bem como de segmentos da sociedade ligados à área de habitação, garantido o princípio democrático de escolha de seus representantes e a proporção de 1/4 (um quarto) das vagas aos representantes dos movimentos populares;
- III – **APRESENTAR PLANO HABITACIONAL DE INTERESSE SOCIAL**, considerando as especificidades do local e da demanda; ←
- IV – **FIRMAR TERMO DE ADEÇÃO** ao SNHIS;
- V – elaborar **RELATÓRIOS DE GESTÃO**;

(...)

Lei 11.124/2005, artigo 12.



QUAIS SÃO AS EXPECTATIVAS DE VOCÊS EM RELAÇÃO AO PEHAB 2030?



POR QUE FAZER O PEHAB 2030?

O Plano de Habitação de Interesse Social é um documento de caráter estratégico que deve expressar o entendimento do governo local e dos agentes sociais sobre como deve ser orientado o planejamento da política habitacional.

Deve incluir:

- ✓ DIRETRIZES
- ✓ OBJETIVOS
- ✓ CENÁRIOS DE PROJEÇÃO
- ✓ PROGRAMAS
- ✓ AÇÕES
- ✓ METAS
- ✓ INDICADORES

POR QUE FAZER O PEHAB 2030?

QUAL É O PAPEL QUE O ESTADO CUMPRIRÁ NO SNHIS?

“Os Estados que aderirem ao SNHIS deverão atuar como **articuladores** das ações do setor habitacional no âmbito do seu território, promovendo a **integração dos planos habitacionais dos municípios aos planos de desenvolvimento regional**, coordenando **atuações integradas** que exijam intervenções intermunicipais, em especial em áreas complementares à habitação, e **dando apoio aos municípios para a implantação de seus programas habitacionais e das suas políticas de subsídios**”

Lei 11.124/2005, artigo 17.



ETAPAS DO TRABALHO

- 1. METODOLOGIA** (plano de trabalho) – definição das estruturas de trabalho, cronograma, formas de mobilização social e de comunicação;
- 2. DIAGNÓSTICO** - oficinas de capacitação técnica e de capacitação social, coleta e sistematização de dados, construção de cenários, desenvolvimento dos produtos habitacionais.
- 3. ESTRATÉGIAS DE AÇÃO** – elaboração e debate da proposta, seminários regionais, desenvolvimento de projetos executivos e de produção.



MATERIAL DIDÁTICO APRESENTADO – 04 DE 10

MÉTODO PARA O DESENVOLVIMENTO DO TRABALHO
estrutura de gestão e definição das responsabilidades:

PROPOSTA PRELIMINAR – DEFINIÇÃO DAS EQUIPES:

Instância Executiva:

COORDENAÇÃO GERAL	condução política do processo, articulação entre os agentes e as instituições e promoção das condições necessárias ao desenvolvimento do trabalho
COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO	coordenação e fiscalização do trabalho da assessoria contratada, aporte de conteúdos, suporte necessário à realização das atividades propostas, à divulgação e à mobilização dos participantes.
ASSESSORIA TÉCNICA	elaboração técnica do trabalho, orientação metodológica, aporte de conteúdos, coleta, sistematização e análise dos dados, realização de atividades de debate nas distintas instâncias, redação final dos produtos, capacitação dos gestores e agentes da sociedade envolvidos no processo.
GRUPO DE ACOMPANHAMENTO	participação nos debates conceituais e propositivos, fornecimento de informações e colaboração na divulgação e convocação dos fóruns ampliados



MÉTODO PARA O DESENVOLVIMENTO DO TRABALHO
estrutura de gestão e definição das responsabilidades:

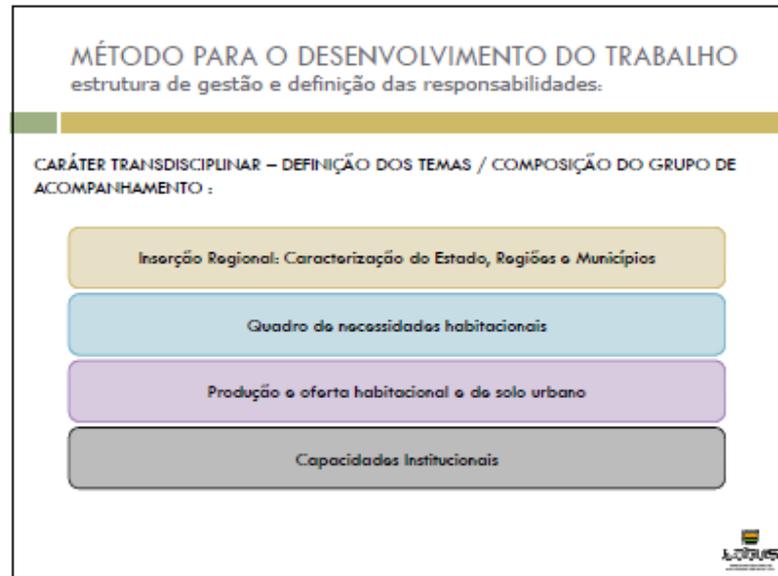
Instância Executiva:

- COORDENAÇÃO GERAL – SEDURB (Quem?) + CONSELHO (Gestor do Fundo ou das Cidades?)
- COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO – IDURB + IJSN
- ASSESSORIA TÉCNICA – Latus
- GRUPO DE ACOMPANHAMENTO (caráter transdisciplinar - quem deve fazer parte?)

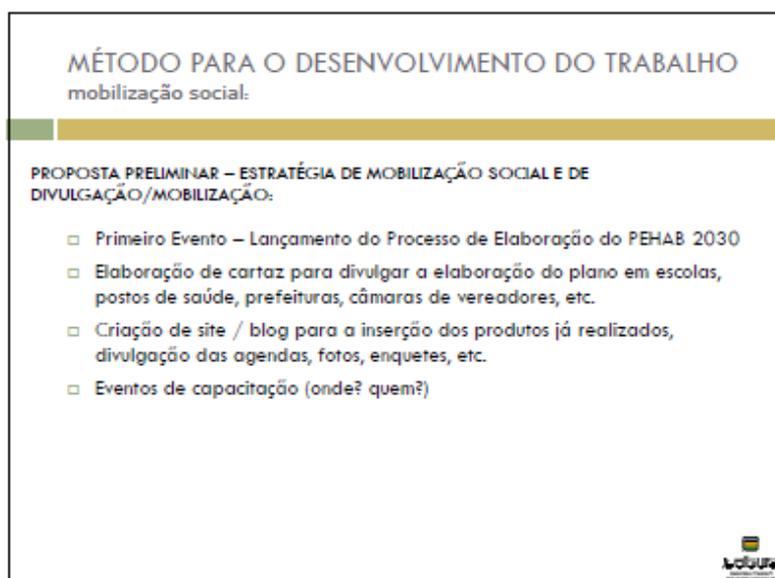
Relação com o Conselho / Plano de Desenvolvimento Espírito Santo 2030
???



MATERIAL DIDÁTICO APRESENTADO – 05 DE 10



MATERIAL DIDÁTICO APRESENTADO – 06 DE 10



MATERIAL DIDÁTICO APRESENTADO – 07 DE 10

MÉTODO PARA O DESENVOLVIMENTO DO TRABALHO
 método para coleta e sistematização das informações:

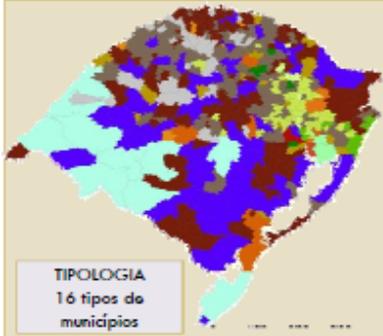
BASE TERRITORIAL A SER UTILIZADA

ALTERNATIVAS

<p>MICRORREGIÕES DE PLANEJAMENTO</p>	<p>Vantagens: facilita a análise e proposição de forma articulada a outros trabalhos; fortalece a região enquanto unidade de planejamento; facilita o debate regional.</p> <p>Desvantagens: Não considera as distinções internas à região.</p>
<p>TIPOLOGIA DE MUNICÍPIOS</p>	<p>Vantagens: Agrega os municípios que guardam similitude, permitindo uma análise mais aprofundada de cada um. Fortalece a relação com o PlanHab. Permite a formação de políticas mais adequadas para cada tipo de município.</p> <p>Desvantagens: Não viabiliza uma leitura regional e dificulta a relação com outros trabalhos/políticas.</p>




EXEMPLO: RIO GRANDE DO SUL

 <p>TIPOLOGIA 16 tipos de municípios</p>	 <p>COREDES 28 regiões</p>
--	---



MATERIAL DIDÁTICO APRESENTADO – 08 DE 10

MÉTODO PARA O DESENVOLVIMENTO DO TRABALHO
 método para coleta de informações nos municípios:

ALTERNATIVAS

PLATAFORMA VIRTUAL	<p>Vantagens: Pode criar um canal permanente de diálogo com os municípios e de alimentação de um banco de dados. Pode ser casada com um processo de capacitação virtual.</p> <p>Desvantagens: Os municípios geralmente têm dificuldade em engajar-se no processo. Exige maior esforço de convencimento.</p>
VISITA AOS MUNICÍPIOS	<p>Vantagens: Permite um contato direto com os gestores e tende a ter maior adesão destes.</p> <p>Desvantagens: Não inclui a capacitação. Exige deslocamentos e maior tempo para a realização.</p>

DESAFIOS: 1. IDENTIFICAÇÃO/INFORMAÇÕES ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS (INFORMAÇÕES MUNICIPAIS X DADOS CENSO (COMPARATIVO))

2. AVALIAÇÃO TIPOLOGIAS HABITACIONAIS, VAZIOS URBANOS, PRODUÇÃO INFORMAL (HISTÓRICO/QUANTITATIVOS)



MÉTODO PARA O DESENVOLVIMENTO DO TRABALHO
 informações para a construção do diagnóstico

	INFORMAÇÕES	ESTRATÉGIA DE COLETA
INFORMAÇÕES OFICIAIS	IBGE - CENSO 2000-2010; PNAD- Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios; SNIS - Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento; FIP - Fundação João Pinheiro; Relatórios do Governo Federal (CEF) sobre investimentos - PAC e MCMV; Dados do Tesouro Nacional, CAD-Único, entre outros;	Coleta em relatórios e na internet
INFORMAÇÕES DO GOVERNO ESTADUAL	Cadastros setoriais, dados sobre investimentos realizados, informações sobre a política empreendida, relatórios temáticos, dados sobre projetos estratégicos, aspectos fundiários, ambientais, etc...	Reuniões com Grupo Acompanhamento e visitas aos diversos departamentos do Governo Estadual (DURB, USN, SEAG, SEADH, SEAMA, dentre outras;
INFORMAÇÕES DOS MUNICÍPIOS	Dados primários que caracterizem a capacidade institucional dos municípios e seus principais problemas habitacionais.	Plataforma Virtual, PLHIS realizados, Seminários Regionais e entrevistas com gestores Municipais
INFORMAÇÕES DA SOCIEDADE	Estudos pré-existentis, relatórios sobre a atuação de instituições não governamentais, trabalhos científicos universitários, dados primários obtidos junto a distintos agentes que revelem conhecimento empírico, percepções e expectativas, etc.	Visitas a instituições que tenham contribuição relevante na temática Reuniões c/representantes de segmentos da sociedade civil, especialistas locais e com representantes das famílias demandantes de solução de moradia.

MATERIAL DIDÁTICO APRESENTADO – 09 DE 10

MÉTODO PARA O DESENVOLVIMENTO DO TRABALHO dinâmicas adotadas para a construção do diagnostico	
DINÂMICAS	OBJETIVOS
1. Oficinas de nivelamento de conteúdos específicos, e troca de informações	Capacitação dos agentes e municípios
2. Busca de dados na internet	
3. Visitas para coleta de informações nas instituições de governo e outras instituições relevantes;	Levantamento, sistematização e Análise dos dados segundo eixos temáticos
4. Reuniões setoriais com agentes institucionais e da sociedade envolvidos com HIS	
5. Montagem da Plataforma Virtual, treinamento e coleta das informações junto aos municípios e entrevistas com gestores municipais	
6. Reuniões/ oficinas com equipes Internas de debate (Comissão de Fiscalização e Grupo de Acompanhamento)	Construção e consolidação das Análises e Cenários; e dos Produtos Habitacionais

MÉTODO PARA O DESENVOLVIMENTO DO TRABALHO dinâmicas adotadas na elaboração ds propostas	
1. DINÂMICAS	OBJETIVOS
1. Reuniões com Equipes Internas (Comissão Fiscalização e Grupo de Acompanhamento) p/elaboração da pré-proposta.	Construção da Pré-Proposta contendo metas físicas, princípios, diretrizes estratégicas, objetivos e linhas programáticas;
2. Seminários Regionais (debate com os municípios)	
3. Reuniões com Equipes Internas (Comissão Fiscalização e Grupo de Acompanhamento) p/complementação e detalhamento da proposta	Construção do PEHAB Preliminar que incorpora à proposta anterior a contribuição dos municípios, e o detalhamento dos programas, projetos ações
4. Seminário Público	Debates, contribuições da sociedade- consolidação PEHAB2030
5. Evento Publico Final	Apresentação e entrega documento final



MATERIAL DIDÁTICO APRESENTADO – 10 DE 10

CRONOGRAMA:

A large empty rectangular area intended for a Gantt chart. A horizontal bar at the top is divided into a small green segment on the left and a larger yellow segment on the right. A small LATUS logo is located in the bottom right corner of this area.

WWW.LATUS.COM.BR
LATUS@LATUS.COM.BR

A small LATUS logo is located in the bottom right corner of this area.



2.2. Reunião de Validação do Plano de Trabalho e Nivelamento / Capacitação das Equipes

MEMÓRIA DE REUNIÃO

Data: 18/10/2013

Hora: 9h

Local: Auditório do Instituto Jones dos Santos Neves

Assunto: Nivelamento de conceitos e metodologia PEHAB

Pauta:

5. Apresentação da empresa e profissionais;
6. Apresentação dos membros participantes;
7. Apresentação dos conceitos básicos sobre a Política Nacional de Habitação e a elaboração dos Planos de Habitação;
8. Apresentação da metodologia do PEHAB;

Discussões

18. O subsecretário Eduardo Calhau iniciou a reunião falando sobre a importância do Plano Estadual de Habitação. Falou da paralisação no processo de elaboração do Plano devido a denuncia ao TCE, que resultou com parecer favorável a SEDURB. Afirma que a realização do Diagnóstico do setor habitacional será macro e não detalhada. Falou sobre o crescimento do ES, da redução da pobreza e a diminuição do crescimento demográfico, o que o faz otimista com relação às políticas de habitação;
19. Em seguida é passada a palavra para os representantes da Latus, Jacqueline e Perroni, iniciarem a apresentação;
20. Perroni solicitou que todos os membros participantes se apresentassem e em seguida Jacqueline iniciou a apresentação com o histórico da Política Nacional de Habitação. Posteriormente contextualizou sobre a elaboração dos Planos de Habitação nos níveis nacional, estadual e municipal.
21. Foram apresentados os conceitos de déficit habitacional e inadequação habitacional segundo a Fundação João Pinheiro, nessa oportunidade foram discutidos os dados de déficit do Estado;
22. Latus pondera a importância de se entender que o déficit é um numero que serve para dar uma "ordem de grandeza" e que os dados devem ser analisados com toda cautela;
23. A representante da Caixa, Helena Conti, pergunta quais critérios/fontes serão utilizados para o calculo do déficit para o Plano Estadual, diante das possibilidades apresentadas pela Jacqueline. Jacqueline responde que serão utilizadas as diversas fontes de déficit e que posteriormente a equipe técnica do Plano deverá escolher quais os critérios/dados que deverão ser utilizadas para se atingir os resultados almejados para o Estado;
24. Os representantes do IEMA falam do caso do município de Linhares quando foram construídas 1500 casas em área de risco pelo Programa Minha Casa, Minha Vida;
25. Os senhores Clésio e Francisco Forza falaram da importância de se analisar o rural e não somente o urbano;



26. A senhora Célia Kiefer, falou da importância da organização dos movimentos rurais e dos resultados alcançados com as habitações rurais no interior do Estado. Reforça que é um setor que deve ser analisado durante a elaboração do Plano e tomado como exemplo;
27. Clésio informa que a portaria do Ministério das Cidades inclui os assentados, mas ainda falta uma política para atender os assalariados no PNHR;
28. Jacqueline informa que fará uma reunião setorial com a SEAG e IDURB para aprofundar sobre o tema das habitações rurais;
29. Letícia informa que foram convidados representantes da SEADH, apesar de não terem comparecido. E que deverá ser incluído a SEAG e SEADH na comissão de apoio técnico;
30. O senhor Clésio fala da importância de convocar a Amunes para participar das discussões;
31. Foram apresentadas pela Latus as etapas de elaboração do Plano de Habitação e o papel que cada segmento deve desempenhar;
32. Letícia informa a importância dos movimentos sociais para realizar a mobilização da sociedade civil nos 78 municípios. A próxima etapa do Plano será a capacitação dos técnicos das prefeituras e dos representantes da sociedade civil de todos os municípios, por isso é muito importante que os movimentos sociais e a FAMOPES auxiliem na mobilização dos agentes sociais de todos os municípios para que se possa garantir a participação social;
33. Latusa informa que a CAIXA tem o contato dos setores de convênios das prefeituras e que essas pessoas poderão ser importantes para participar das reuniões de capacitação e levantamento de informações;
34. Clésio informa que é importante definir a data das reuniões e capacitações em conjunto para que os representantes do rural possam participar também;
35. Latusa informa que os produtos das reuniões regionais do Orçamento Participativo do Estado podem contribuir com dados para o PEHAB;
36. Jacqueline encerra a apresentação das etapas do PEHAB e passa a palavra para o Calhau que agradece a participação de todos.

Encaminhamentos

3. Reprogramar a data das capacitações municipais, prevista anteriormente para os dias 21 a 25/11;
4. Entrar em contato com a Helena da Caixa para solicitar os contatos do setor de convenio das prefeituras;
5. Entrar em contato com Clésio da SEAG para solicitar contato dos movimentos sociais rurais;
6. Mapear os representantes da sociedade civil dos municípios junto aos movimentos sociais;

LISTAS DE PRESEÇA

Referência: Plano Estadual de Habitação de Interesse Social - PEHIS

Assunto: Reunião de apresentação do Plano de Trabalho e Capacitação e Nivelamento de Informações junto aos agentes envolvidos

Data: 18 de outubro de 2013

Horário: 8:30h

Nº	NOME	ENTIDADE/ÓRGÃO/SETOR	E-MAIL	TELEFONE
1.	Franco D. Souza	Juizado IDURB	franco.fj@idurb.es.gov.br	32336005
2.	Elisio A. Brandão	SEAG	elisio@seag.es.gov.br	36363723
3.	Virgínia J. Montarde	Gerência Social / IDURB	virginiamontarde@idurb.es.gov.br	32330478
4.	MILENA PARAISSO DONO	SEDURB	milena.paraiso@sedurb.es.gov.br	3636.5029
5.	LARISSA LARANJA MONTEIRO	IJSN	larissa.laranja@ijsn.es.gov.br	36361619
6.	Rafael Jabor	IJSN	rafael.jabor@ijsn.es.gov.br	36368089
7.	Daura Cordeira da Silva	FAMOPES/CMP	moda.dauri@gmail.com	(27) 9816.3376
8.	Celia Kiefer	SEAG	nucleosocialseag@seag.es.gov.br	36363885
9.	Silviano Nelo Moraes	IEMA	tmoraes@iema.es.gov.br	(27) 3636.2525
10.	HUGO ALVES DE MATOS SILVA	IEMA	hugosilva@iema.es.gov.br	(27) 3636.2525
11.	HELENA CONTI MALOVINI	CAIXA	giduvvst3@caixa.gov.br	(27) 3357.5600
12.	GEVACI FERROVI	LATUS	GEVACI.FERROVI@LATUS.COM.BR	51184166261
13.	IVONAS SOUZA MORAES	FCAA/UFES	ivonasmoraes@gmail.com	99620775
	ISACQUELINE MENEZES	LATUS	ISACQUELINE.MENEZES@LATUS.COM.BR	841166074 (51)

1

Referência: Plano Estadual de Habitação de Interesse Social - PEHIS

Assunto: Reunião de apresentação do Plano de Trabalho e Capacitação e Nivelamento de Informações junto aos agentes envolvidos

Data: 18 de outubro de 2013

Horário: 8:30h

Nº	NOME	ENTIDADE/ÓRGÃO/SETOR	E-MAIL	TELEFONE
14.	Letícia Tassetti Silva	SEDURB / SUBSH	leticia.silva@sedurb.es.gov.br	3636.5095
15.	EDUARDO CATHAN	SEDURB	cathan@sedurb.es.gov.br	97780769
16.				
17.				
18.				
19.				
20.				
21.				
22.				
23.				
24.				
25.				
26.				

REGISTRO FOTOGRÁFICO





MATERIAL DIDÁTICO APRESENTADO – 02 DE 18

1. A questão habitacional no Brasil

<p>1964/1986: SFH e BNH</p>	<p>Não atendeu à baixa renda; excessiva centralização federal e uniformização das soluções; desarticulação entre as ações (UH X serviços urbanos/ periferização); etc.</p>
<p>1986/1988: Processo Constituinte</p>	<p>Emenda popular da Reforma Urbana (visava o desenvolvimento mais equilibrado da cidade) / ART art.182 e 183 – FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE e DA CIDADE</p>
<p>2001: Estatuto da Cidade</p>	<p>Concepção que articula as distintas faces da política urbana com o foco na superação dos problemas decorrentes de cidades que cresceram sob a égide de um modelo de urbanização excludente</p>
<p>2003/2004: Ministério das Cidades = PDP/PNH</p>	<p>Abordagem integrada das políticas territoriais; instrumentalização dos municípios p/promoção da FSP e do Direito a Moradia.</p>
<p>2005: SNHIS – FNHIS e CNH</p>	<p>➤ Estruturas de integração e financiamento da Política Nacional de Habitação;</p> <p>➤ Descentralização - Municípios, Distrito Federal e entes federados</p> <p>➤ Equacionamento do déficit e /financiamento segundo perfil do déficit e diversidade regional</p> <p>➤ Intervenções em larga escala = PAC/MCMV</p>
<p>2006: Campanha Adesao</p>	
<p>2009: Aprovação PlanHab</p>	
<p>2009: Financiamento</p>	

2. A Política Nacional de Habitação

Documento de caráter estratégico, aprovado no âmbito do Conselho Nacional das Cidades, composto por princípios, objetivos gerais, componentes básicos e instrumentos e que objetiva garantir o acesso à habitação digna especialmente à população de baixa renda.

poder público fortalecido	Incluir e regular agentes privados
gestão democrática	articulação de agentes
habitação como prioridade	necessidades/desenvolvimento
qualidade e quantidade	melhorar, ampliar e diversificar
controle do uso do solo	uso adequado/não especulativo
garantia do acesso à terra	função social da propriedade
urbanização de assentamentos precários	regularização urbanística e fundiária

Habitação Inserida no Urbano, Financiamento e Novos Agentes

3. O Sistema Nacional de Habitação

FINALIDADE / OBJETIVOS:

GERENCIAR E MONITORAR
implementação da Política Nacional de Habitação e do Plano Nacional de Habitação
INTEGRAR
Ministério das Cidades; Conselho Nacional das Cidades e os Estaduais, do Distrito Federal e Municipais; o Conselho Gestor do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social; o Conselho Curador do FGTS; e outros
agentes financeiros, promotores e técnicos
CONTEMPLAR A DIVERSIDADE
Regional Brasileira Grupos Sociais
ATUAR DESCENTRALIZADO
Atuação descentralizada no território, democrática e participativa.

... UMA REDE DE COOPERAÇÃO (entes federados+ sociedade)



4. Fontes de recursos e financiamento

Fontes de recursos e financiamento:

SUBSISTEMA DE HABITAÇÃO DE MERCADO	SUBSISTEMA DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL
<p>reorganização do mercado privado de habitação</p> <p>atuação das formas de captação de recursos</p> <p>atuação à inclusão de novos agentes</p>	<p>garantir ações que promovam o acesso à moradia digna para a população de baixa renda que compõe a quase totalidade do déficit habitacional do País</p>
<p>atender parcelas significativas da população que hoje estão sendo atendidas por recursos públicos</p>	<p>promover prioritariamente o acesso das famílias de baixa renda, de acordo com as especificidades regionais e perfil da demanda</p>
<p>Participação (SARF)</p> <p>Certificados de Recebíveis Imobiliários (mercado de capitais)</p>	<p>Recursos onerosos e não onerosos</p> <p>FNHR, F.I.S., FUI</p>



MATERIAL DIDÁTICO APRESENTADO – 04 DE 18

5. Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social

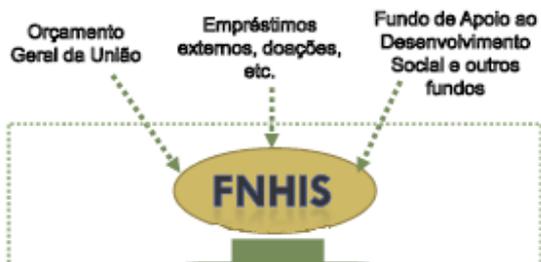
Lei 11.124/2005: Para acessar aos recursos do FNHIS, o município ou Estado tem que ter:

Termo de Adesão ao FNHIS	Documento formalizando a parceria e a integração entre o ente federado e a União
Fundo Local de Habitação de Interesse Social	Fundo de natureza contábil que tem como objetivo centralizar e gerenciar recursos orçamentários destinados à execução de programas habitacionais de interesse social.
Conselho de Habitação de Interesse Social	Conselho de natureza participativa, que deve envolver entidades públicas e privadas, bem como segmentos da sociedade ligados à área de habitação
Plano de Habitação de Interesse Social	Documento de planejamento estratégico da política habitacional local com foco principal na habitação de interesse social

IMPLEMENTAÇÃO DAS DIRETRIZES DA PNH



5. Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social



Os recursos são destinados aos programas compatíveis com as diretrizes da PNH, aplicados de forma descentralizada



MATERIAL DIDÁTICO APRESENTADO – 05 DE 18

6. O Plano Nacional de Habitação

Um dos principais instrumentos para a implementação da Política Nacional de Habitação. Foi elaborado através do processo participativo e teve como objetivo...

formular uma estratégia de longo prazo para equacionar as necessidades habitacionais do País, direcionando, da melhor maneira possível, os recursos existentes e a serem mobilizados

- Melhorar as condições de habitabilidade dos assentamentos precários;
- Ampliar o acesso à moradia digna da população de baixa renda nas áreas urbanas e rurais;
- Fortalecer capacidade técnica e institucional dos agentes públicos e privados na área de planejamento, serviços urbanos, gestão territorial e política habitacional;
- Aperfeiçoar e consolidar os instrumentos e mecanismos para a implementação da PHIS



6. O Plano Nacional de Habitação

Apresenta uma visão estratégica sobre quatro eixos estruturadores da política habitacional:

Modelo de financiamento e subsídios	garantir recursos para a urbanização e para a produção massiva de unidades novas, com foco nas faixas de baixa renda onde se concentram as necessidades habitacionais.
Política urbana e fundiária	acesso à terra urbanizada, legalizada e bem localizada para a provisão de habitação de interesse social na escala exigida pelas metas do PlanHab.
Novo Desenho Institucional	descentralização, articulação inter-governamental e inter-setorial, participação e controle social.
Cadeia produtiva da construção civil	Aumento da escala de produção de insumos e produtos finais da construção civil, produtos adequados à demanda,

... VAI ORIENTAR A DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS E NORTEAR A ELABORAÇÃO DOS PLHIS E PEHIS





O Plano Estadual de Habitação

No processo de transição de uma política habitacional centralizada no governo federal (época do BINH) para uma cuja marca é a autonomia municipal – graças ao pacto federativo da Constituição Federal – o lugar dos estados não está muito claro. Se ao governo federal cabe estabelecer diretrizes gerais e conceder financiamentos e, aos municípios, cabe a execução da política, superando os problemas locais, **QUAL DEVE SER O PAPEL DOS ESTADOS NESTA ESTRUTURA?**



ART 17: “Os Estados que aderiram ao SINHIS deverão atuar como ARTICULADORES DAS AÇÕES DO SETOR HABITACIONAL NO ÂMBITO DO SEU TERRITÓRIO, promovendo a integração dos planos habitacionais dos municípios aos planos de desenvolvimento regional, coordenando atuações integradas que exijam intervenções intermunicipais, em especial em áreas complementares à habitação, e dando apoio aos municípios para a implantação de seus programas habitacionais e das suas políticas de subsídios”

 lei 11.124/2005

MATERIAL DIDÁTICO APRESENTADO – 07 DE 18

O Plano Estadual de Habitação

Plano Estadual de Habitação de Interesse Social	Documento de planejamento estratégico de política habitacional local com foco principal na habitação de interesse social
---	--

O QUE É?

É um conjunto de objetivos e metas, diretrizes e instrumentos de ação de intervenção que expressem o entendimento dos governo e dos agentes sociais a respeito da maneira como deve ser orientado o planejamento do setor habitacional.



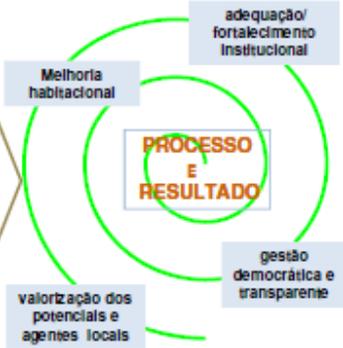
DIAGNOSTICO + PLANO AÇÃO
(vai estabelecer eixos de atuação com ações e metas prioritárias para horizonte temporal até 2030)

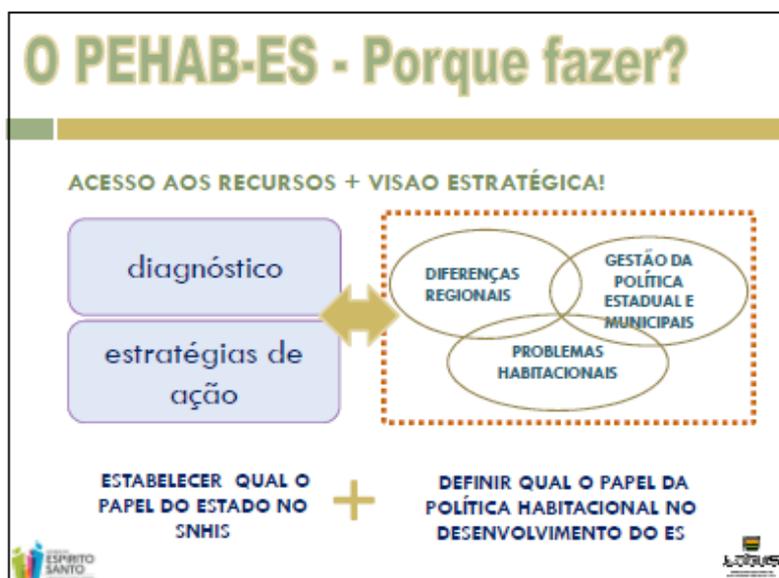


O Plano Estadual de Habitação

OBJETIVOS:

- universalizar o acesso à moradia
- habitabilidade e qualidade da vida da população;
- urbanização, regulação e inserção dos assentamentos precários;
- acesso à terra urbanizada e regularizada;
- Integrar, articular e mobilizar os diferentes níveis de governo e fontes de recursos ;
- interface com as políticas de planejamento;
- gestão participativa e plural;
- sistema de informação;
- produção habitacional modernizada, com melhoria da produtividade e qualidade da produção habitacional;
- desenvolvimento institucional;
- Fortalecimento do papel do Estado na gestão da Política Habitacional e na regulação.



PEHAB.ES - Referencias Metodológicas

QUADRO DE NECESSIDADES HABITACIONAIS: DÉFICIT

DOMÍLIOS RÚSTICOS	Sem paredes de alvenaria ou madeira aparelhada, o que resulta em desconforto e risco de contaminação por doenças, em decorrência das condições de insalubridade.
DOMÍLIOS IMPROVISADOS	Locais construídos sem fins residenciais que servem como moradia, tais como barracas, viadutos, prédios em construção, carros etc.
COABITAÇÃO FAMILIAR (FORÇADA)	Soma das famílias conviventes secundárias (apenas aquelas que têm intenção de constituir domicílio excludivo são consideradas déficit habitacional) e das que vivem em domicílios localizados em cômodos – exceto os cedidos por empregador.
ADENSAMENTO EXCESSIVO EM DOM. ALUGADOS	Quando o domicílio apresenta um número médio de moradores superior a três por cômodo e é alugado.
ÔNUS EXCESSIVO EM ALUGUEL	Corresponde ao número de famílias urbanas, com renda familiar de até três salários mínimos, que moram em casa ou apartamento e que dispendem mais de 30% da sua renda com aluguel.

ESPIRITO SANTO 2000-2004  Consultas trabalhadas pelo PEHAB-ES

PEHAB.ES - Referencias Metodológicas

QUADRO NECESSIDADES HABITACIONAIS: INADEQUAÇÃO

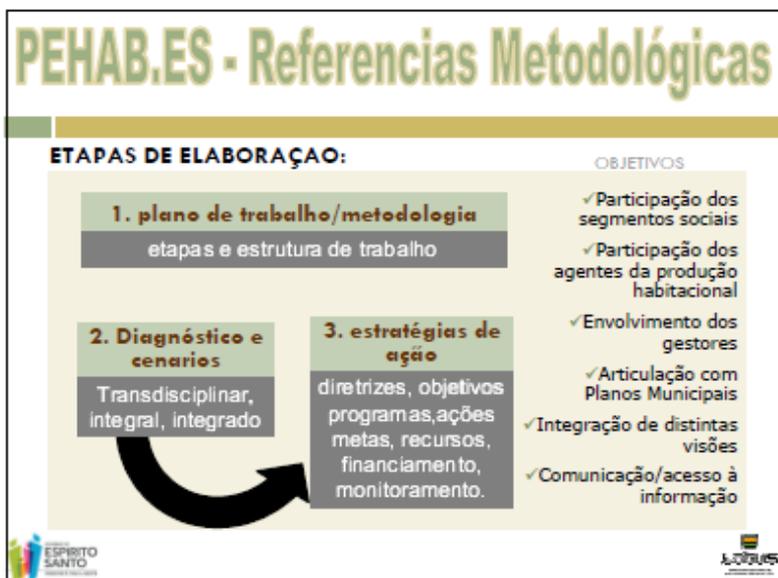
INADEQUAÇÃO FUNDIÁRIA	Situação onde pelo menos um dos moradores do domicílio declara ter a propriedade da moradia, mas informa não possuir a propriedade, total ou parcial, do terreno ou a fração ideal do terreno (no caso de apartamento) em que ela se localiza.
INEXISTÊNCIA DE UNID. SANITÁRIA DOM. EXCLUSIVA	Domicílio que não dispõe do banheiro ou sanitário de uso exclusivo.
ADENSAMENTO EXCESSIVO EM IMÓVEIS NÃO ALUGADOS	Quando o domicílio apresenta um número médio de moradores superior a três por dormitório e não é alugado. O número de dormitórios corresponde ao total de cômodos que servem, em caráter permanente, do dormitório para os moradores do domicílio.
COBERTURA INADEQUADA	Domicílios com paredes de alvenaria ou madeira aparelhada e cobertura de zinco, palha, sapê, madeira aproveitada ou outro material que não seja telha, laje de concreto ou madeira aparelhada.
CARÊNCIA DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA	Domicílios que não dispõem de ao menos um dos seguintes serviços básicos: iluminação elétrica, rede geral de abastecimento de água com canalização interna, rede geral de esgotamento sanitário ou fossa séptica e coleta de lixo.

Conceitos trabalhados pela FJP para Inadequação Habitacional

PEHAB.ES - Referencias Metodológicas

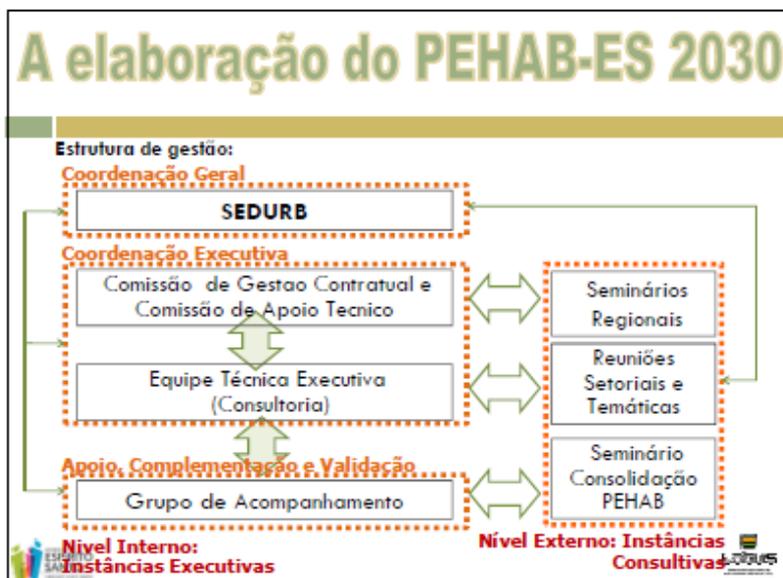
FOCO NOS ASSENTAMENTAMENTOS PRECARIOS:

- Aglomerados subnormais (IBGE)
- Ocupações informais (Municípios)
- Setores de vulnerabilidade social (Municípios)
- Areas de risco (defesa civil/CPRM)



PEHAB.ES 2030: Plano de Trabalho

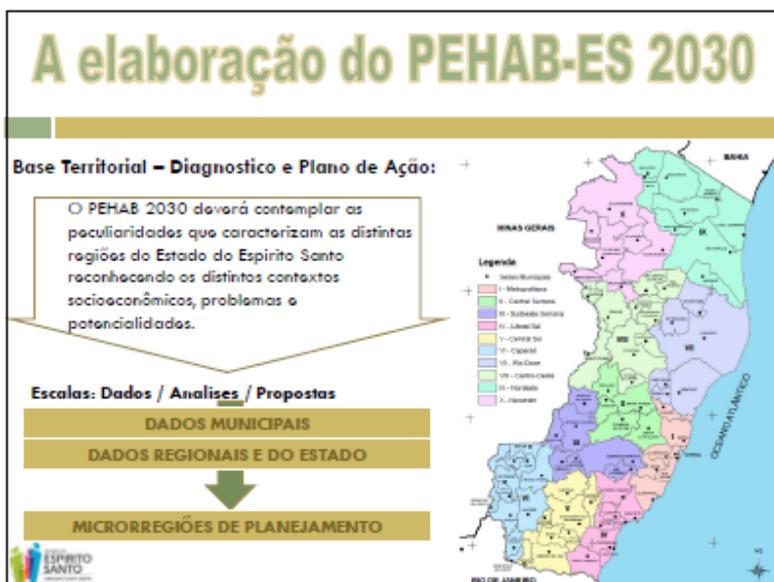
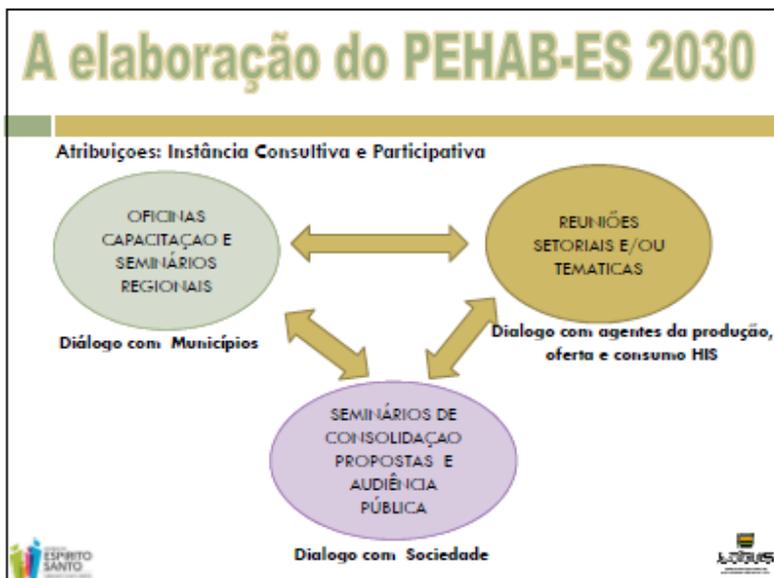
3.



A elaboração do PEHAB-ES 2030

Atribuições: Instâncias executivas

COORDENAÇÃO GERAL - SEDURB -	condução política do processo, articulação entre os agentes e as instituições e promoção das condições necessárias ao desenvolvimento do trabalho
COMISSÃO GESTORA - SEDURB/IDURB -	coordenação e fiscalização do trabalho da assessoria contratada, aporte de conteúdos, suporte necessário à realização das atividades propostas, à divulgação e à mobilização dos participantes.
APOIO TÉCNICO - IDURB, USJN, SEPAM-INCAPER	aporte de conteúdos, suporte necessário à realização das atividades propostas, participação nos debates
ASSESSORIA TÉCNICA - EQUIPE LATUS E COLABORADORES -	elaboração técnica do trabalho, orientação metodológica, aporte de conteúdos, coleta, sistematização e análise dos dados, realização de atividades de debate nas distintas instâncias, redação final dos produtos, capacitação dos gestores e agentes da sociedade envolvidos no processo.
GRUPO ACOMPANHAMENTO - CONSELHO DAS CIDADES- CONSELHO GESTOR FEHIS	Participação no debate e no acompanhamento, validando os produtos entregues e participando ativamente no processo de sensibilização e mobilização de segmentos da sociedade civil para participação cidadã na elaboração do referido plano

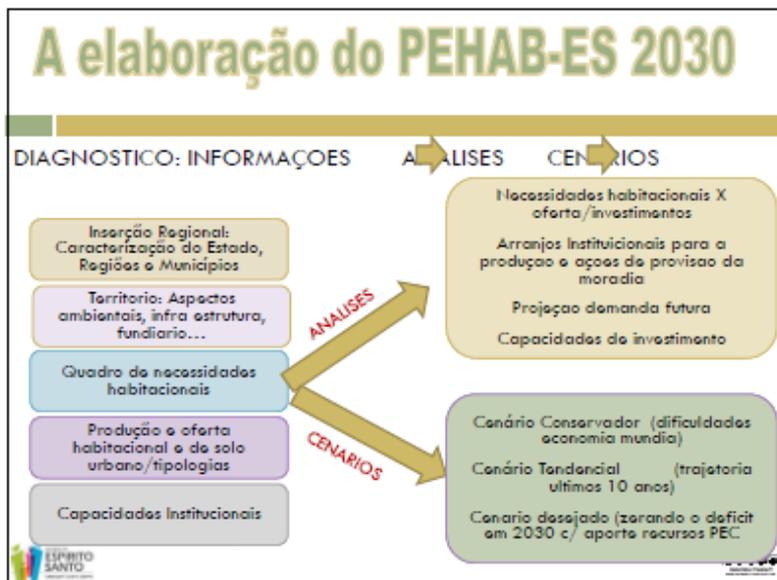


MATERIAL DIDÁTICO APRESENTADO – 13 DE 18

A elaboração do PEHAB-ES 2030

DIAGNOSTICO: INFORMAÇÕES ANÁLISES CENÁRIOS

	INFORMAÇÕES	ESTRATÉGIA DE COLETA
INFORMAÇÕES OFICIAIS	IBGE - CENSO 2000-2010; PNAD- Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios; SNIS - Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento; FIP - Fundação João Pinheiro; Relatórios do Governo Federal (CEF) sobre investimentos - PAC e MCMV; Dados do Tesouro Nacional, CAD-Único, entre outros;	Coleta em relatórios e na Internet
INFORMAÇÕES DO GOVERNO ESTADUAL	Cadastros setoriais, dados sobre investimentos realizados, informações sobre a política empreendida, relatórios temáticos, dados sobre projetos estratégicos, aspectos fundiários, ambientais, etc...	Coleta em documentos oficiais, reuniões/ visitas diversos órgãos e departamentos do Governo Estadual (DURB, USN, SEAG, SEADH, SEAMA, dentre outros);
INFORMAÇÕES DOS MUNICÍPIOS	Dados primários que caracterizem a capacidade institucional dos municípios e seus principais problemas habitacionais.	PLHIS realizados, Seminários Regionais e entrevistas com gestores Municipais
INFORMAÇÕES DA SOCIEDADE	Estudos pré-existentes, relatórios sobre a situação de instituições não governamentais, trabalhos científicos universitários, dados primários obtidos junto a distintos agentes que revelem conhecimento empírico, percepções e expectativas, etc.	Visitas a instituições que tenham contribuição relevante na temática Reuniões setoriais/representantes de segmentos da sociedade civil, especialistas locais e representantes das famílias demandantes.



A elaboração do PEHAB-ES 2030

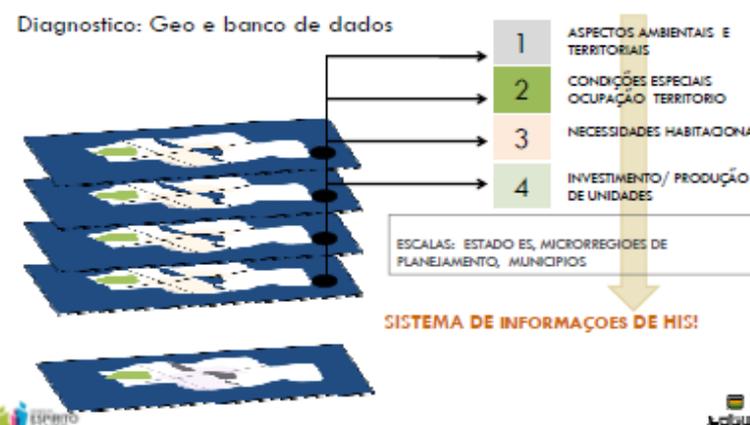
Dinâmicas adotadas para a construção do diagnóstico

DINÂMICAS	OBJETIVOS
1. Oficinas de nivelamento de conteúdos específicos, e troca de informações	Capacitação dos agentes envolvidos- estado e municípios
2. Busca de dados na internet	
3. Visitas para coleta de informações nas instituições de governo e outras instituições relevantes;	Levantamento, sistematização e Análise dos dados segundo eixos temáticos
4. Reuniões setoriais com agentes institucionais e da sociedade envolvidos com HIS	
5. coleta das informações junto aos municípios / entrevistas com gestores municipais	
6. Reuniões/ oficinas com equipes Internas de debate : Comissão de Gestão, Equipe de Apoio Técnico e Grupo de Acompanhamento	Construção e consolidação das Análises e Cenários; e dos Produtos Habitacionais



A elaboração do PEHAB-ES 2030

Diagnóstico: Geo e banco de dados



- 1 ASPECTOS AMBIENTAIS E TERRITORIAIS
- 2 CONDIÇÕES ESPECIAIS OCUPAÇÃO TERRITÓRIO
- 3 NECESSIDADES HABITACIONAIS
- 4 INVESTIMENTO/ PRODUÇÃO DE UNIDADES

ESCALAS: ESTADO ES, MICRORREGIÕES DE PLANEJAMENTO, MUNICÍPIOS

SISTEMA DE INFORMAÇÕES DE HIS!



A elaboração do PEHAB-ES 2030

Um debate sobre os dados...

DEFICIT

Habitação Prec.		Coabitação		Adensamento		Onus Aluguel		Deficit Total
13.347	16,6%	25.746	24,5%	5.723	7,4%	40.052	51,5%	88.868 8% DPP
FJP/PHAD2008								
Habitação Prec.		Coabitação		Adensamento		Onus Aluguel		Deficit Total
12.249	12,3%	41.033	41,1%	8.867	8,9%	41.867	42,0%	99.731 9% DPP
IPEA/CBI-ISO2010								
Habitação Prec.		Coabitação		Adensamento		Onus Aluguel		Deficit Total
11.188	51,6%	10.428	48,1%	NCOMP.	-	67	0,4%	21.683 7,8% DOM. CADASTRADOS
USH/CADUNICO2009								



A elaboração do PEHAB-ES 2030

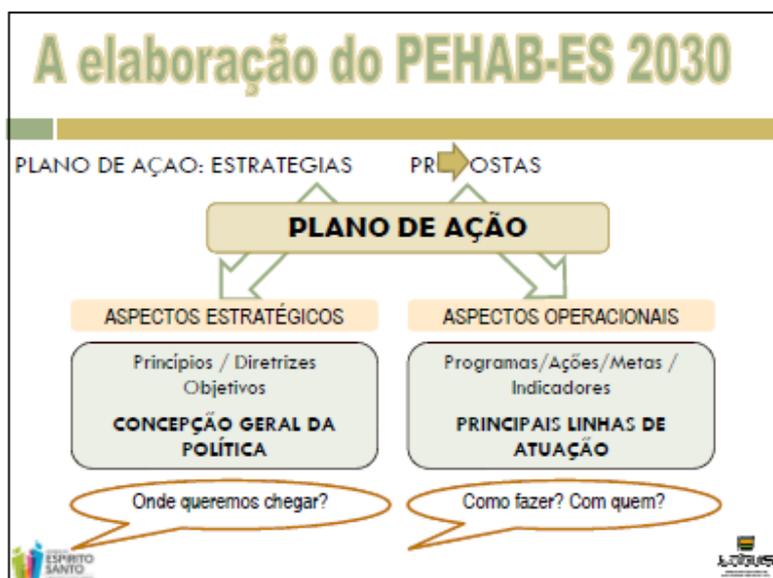
Informações que orientam as propostas...

Capacidades Institucionais dos Municípios:
- Estruturas, Gestão Do Solo;
Organização Social...

➔

**QUAL A
POLITICA
ESTADUAL ???**





A elaboração do PEHAB-ES 2030

Dinâmicas adotadas na elaboração ds propostas

1. DINÂMICAS	OBJETIVOS
1. Reuniões com Equipes Internas (Comissão Gestora, Grupo Apoio Técnico, Comissão de Acompanhamento) .	Construção da Pré-Proposta contendo metas físicas, princípios, diretrizes estratégicas, objetivos e linhas programáticas;.
2. Seminários Regionais (debate com os municípios)	
3. Reuniões com Equipes Internas (Comissão Fiscalização e Grupo de Acompanhamento) para complementação e detalhamento da proposta	Construção do PEHAB Preliminar que incorpora à proposta anterior a contribuição dos municípios, e o detalhamento dos programas, projetos ações
4. Seminário Público	Debates, contribuições da sociedade- consolidação PEHAB2030
5. Evento Público Final	Apresentação e entrega documento final

MATERIAL DIDÁTICO APRESENTADO – 17 DE 18

A elaboração do PEHAB-ES 2030

ESTRATÉGIAS P/ PROMOVER A PARTICIPAÇÃO AGENTES EXTERNOS

- A confecção de **MATERIAL DE DIVULGAÇÃO** oficializando o lançamento público do PEHAB 2030 nos sites oficiais do governo, e através de cartazes/folders/cartilha...;
- A realização das **REUNIÕES SETORIAIS E SEMINÁRIOS TEMÁTICOS** que dialogam com os distintos agentes da produção, oferta e consumo da HIS e demais setores relacionados objetivando a coleta de informações e das expectativas em relação ao PEHAB;
- O diálogo com **AGENTES PÚBLICOS E SOCIAIS NA ESCALA MUNICIPAL** através das **OFICINAS DE CAPACITAÇÃO E DOS SEMINÁRIOS REGIONAIS**;
- O **DEBATE PÚBLICO** ampliado, que se viabiliza no seminário de consolidação final do PEHAB 2030.



REUNIÕES SISTEMÁTICAS COMISSÃO GESTORA/APOIO
 II INFORME PERIÓDICO COMISSÃO ACOMPANHAMENTO
 DIVULGAÇÃO MATERIAL PRODUZIDO - SITE



A elaboração do PEHAB-ES 2030

CRONOGRAMA:

ETAPAS	PRINCIPAIS ATIVIDADES		CRONOGRAMA
ETAPA 2 DIAGNÓSTICO (SISTEMATIZAÇÃO, ANÁLISES E CENÁRIOS)	CAPACITAÇÃO DOS MUNICÍPIOS	NOVEMBRO	ABRIL
	REUNIÕES SETORIAIS	FEVEREIRO	
	ENTREVISTAS MUNICÍPIOS	NOV/ FEVEREIRO	
	SEMINÁRIOS TEMÁTICOS	??	
	ANÁLISES E CENÁRIOS	MARÇO	
ETAPA 3 ESTRATÉGIAS DE AÇÃO	PROPOSTA PRELIMINAR EQUIPES	ABRIL	SETEMBRO
	SEMINÁRIOS MUNICIPAIS	ABRIL/MAIO	
	SEMINÁRIO CONSOLIDAÇÃO PEHAB 2030	JULHO	
	EVENTO ENTREGA	SETEMBRO	





MATERIAL DIDÁTICO APRESENTADO – 18 DE 18

